



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ANTROPOLOGIA - DIVERSIDADE CULTURAL
LATINO-AMERICANA**

MULHERES DA TERRA

Um panorama antropológico sobre as diversidades de relações e conexões entre a terra e as
mulheres em Abya Yala

JOSELAINÉ RAQUEL DA SILVA PEREIRA

Foz do Iguaçu
2020



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ANTROPOLOGIA - DIVERSIDADE CULTURAL
LATINO-AMERICANA**

MULHERES DA TERRA

Um panorama antropológico sobre as diversidades de relações e conexões entre a terra e as
mulheres em Abya Yala

JOSELAINÉ RAQUEL DA SILVA PEREIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia - Diversidade Cultural Latino-americana.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Juan Villagra Carron.

Foz do Iguaçu
2020

Dedicatória

Dedico este trabalho às mulheres da minha vida que me ensinaram o que é coragem e rebeldia, me permitindo trilhar caminhos antes inimagináveis, dedico especialmente às mulheres da terra entrevistadas, que foram e são verdadeiras inspirações para mim, refletindo o sentido de sabedoria e de revolução.

“Se o mundo ficar pesado
Eu vou pedir emprestado
A palavra poesia
Se o mundo emburrecer
Eu vou rezar pra chover
Palavra sabedoria
Se o mundo andar pra trás
Vou escrever num cartaz
A palavra rebeldia
Se a gente desanimar
Se a gente desanimar
Eu vou colher no pomar
A palavra teimosia
Se acontecer afinal
De entrar em nosso quintal
A palavra tirania
Pegue o tambor e o ganzá
Vamos pra rua gritar
A palavra utopia.”
Jonathan Silva

Agradecimentos

Agradeço primeiramente às pessoas que mais me ajudaram no processo de construção e reconstrução contínua deste trabalho de conclusão de curso, Daniel Hernando Rendon Clavijo, Milena Registro e meu orientador Prof. Dr. Rodrigo Juan Villagra Carrón.

Agradeço aos meus pais por sempre acreditarem na minha capacidade e me apoiarem a sair de casa ainda cedo para estudar, me incentivando a nunca desistir dos meus sonhos e propósitos de vida.

Agradeço a todas as minhas amigas e amigos que cruzaram meu caminho nesses últimos 4 anos, aos(às) que permanecem e aos(às) que já partiram, deixando marcas profundas em mim.

Agradeço especialmente às mulheres que me concederam entrevistas diretamente, e às que, indiretamente, compartilharam seus conhecimentos nos ambientes virtuais, e que permitiram o acesso livre e gratuito a essas cosmovisões e cosmopráticas revolucionárias e viabilizaram a elaboração deste trabalho de conclusão de curso (TCC).

Por fim, agradeço à Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA) por todo o aprendizado que me proporcionou dentro e fora do curso de Antropologia - Diversidade cultural latino-americana, transformando minhas cosmovisões através de vivências e experiências ontológicas e epistemológicas únicas em todo o território de Abya Yala, possibilitadas apenas por tantas relações interculturais e interepistemológicas, que foram fundamentais nos meus processos de formação pessoal e profissional.

Epígrafe

“Gracias a la vida que me ha dado tanto”

Violeta Parra

Mulheres da terra: um panorama antropológico sobre as diversidades de relações e conexões entre a terra e as mulheres em Abya Yala

Joselaine Raquel da Silva Pereira

Resumo

As mulheres da terra – que vivem da terra e fazem a terra viver, que têm intensos sentimentos e ações de cuidado pela terra, o território e suas riquezas naturais – sendo elas mulheres dos campos, das florestas ou urbanas, possuem diversidades de relações e conexões com a terra, através do cultivo, da alimentação, da saúde, da espiritualidade, dos conflitos por território, etc. Este trabalho apresentará um panorama antropológico interseccional (englobando aspectos de gênero, raça e classe social) através da análise crítica de materiais bibliográficos, audiovisuais e entrevistas qualitativas realizadas durante a pandemia de COVID-19 de maneira virtual, sobre as pluralidades de agrosabedorias femininas individuais, coletivas ou ancestrais, e sobre as ações de enfrentamento e resistência às violências a que estão expostas através de construções e desconstruções coletivas em movimentos sociais e organizações e da busca cotidiana por uma vida mais ‘sana’ buscando autonomia e soberania para seus corpos-territórios em conexão com a Pachamama, conformando assim a metodologia de etnografia multissituada. O intuito deste trabalho é realçar as vozes das 12 mulheres entrevistadas que compartilham suas sabedorias e analisar como suas perspectivas pessoais se alinham com as diretrizes dos movimentos sociais mais representativos em seus países, propondo também alternativas de vida mais autônomas e ecológicas para curar as mulheres e a terra em Abya Yala.

Palavras-chave: Mulheres da terra; corpos-territórios; agrosabedorias; movimentos sociais e organizações; Abya Yala.

Mujeres de la tierra: un panorama antropológico sobre las diversidades de relaciones y conexiones entre la tierra y las mujeres en Abya Yala

Joselaine Raquel da Silva Pereira

Resumen

Las mujeres de la tierra – que viven de la tierra y la hacen vivir, que tienen intensos sentimientos y acciones de cuidado por la tierra, el territorio y sus riquezas naturales – son ellas mujeres de los campos, de las florestas o urbanas, poseen diversidades de relaciones y conexiones con la tierra, a través del cultivo, de la alimentación, de la salud, de la espiritualidad, de los conflictos por territorio, etc. Este trabajo presentará un panorama antropológico interseccional (englobando aspectos de género, raza y clase social) a través del análisis crítico de materiales bibliográficos, audiovisuales y entrevistas cualitativas realizadas durante la pandemia de COVID-19 de manera virtual, sobre las pluralidades de agrosabidurías femininas individuales, colectivas o ancestrales, y sobre las acciones de enfrentamiento y resistencia a las violencias a que están expuestas a través de construcciones y deconstrucciones colectivas en movimientos sociales y organizaciones y de la búsqueda cotidiana por una vida más sana buscando autonomía y soberanía para sus cuerpos-territorios en conexión con la Pachamama, conformando la metodología de etnografía multisituada. El objetivo de este trabajo es realzar las voces de las 12 mujeres entrevistadas que comparten sus sabidurías y analizar como sus perspectivas personales se alinean con las directrices de los movimientos sociales más representativos en sus países, proponiendo también alternativas de vida más autónomas y ecológicas para sanar a las mujeres y a la tierra en Abya Yala.

Palabras clave: Mujeres de la tierra; cuerpos-territorios; agrosabidurías; movimientos sociales y organizaciones; Abya Yala.

Sumário

1.Apresentação	9
1.1 Justificativa	10
1.2 Objetivo geral	11
1.3 Objetivos específicos	11
1.4 Metodologia	12
2.Capítulo I: Contextualização sobre as relações das mulheres com a terra e as violências que sofrem seus corpos-territórios	13
2.1 Divisão sexual do trabalho	13
2.2 Revolução verde e ‘extensão rural’	15
2.3 Resistências coletivas	16
2.4 Violências que sofrem os corpos-territórios	18
2.5 Insegurança alimentar e fome	19
2.6 Importância da coletividade e dos saberes coletivos	20
3.Capítulo II: Mulheres nos movimentos sociais e organizações políticas: construindo e desconstruindo coletivamente	22
3.1 Brasil	23
3.2 México	31
3.3 Bolívia	33
3.4 Colômbia	36
3.4 Paraguai	37
3.5 Chile	38
4. Capítulo III: As diversidades de relações entre as mulheres e a terra através de perspectivas pessoais	40
4.1 Conexões com a terra e as sementes	41
4.2 Protagonismo feminino na produção de alimentos	44
4.3 Problemáticas e violências relacionadas à terra	47
5. Capítulo IV: O direito a viver ‘sanamente’	50
5.1 Descolonização da saúde	50
5.2 Segurança e soberania alimentar	51
5.3 Trabalho e coletividade	52
5.4 A valorização da biodiversidade e da memória biocultural	54
5.5 Un mundo donde quepan muchos mundos	55
6. Considerações finais	56
7. Referências	57

1. Apresentação

Eu cresci numa cidade produtora de cana de açúcar do interior de São Paulo com apenas 40 mil habitantes onde existe uma imensa nebulosidade entre “o urbano” e “o rural”, sem me identificar com nenhuma cultura e sem ter raízes definidas. Quando já era estudante do curso de Antropologia da UNILA, comecei a entender a importância da relação com a terra-território e também de uma alimentação sã e livre de agrotóxicos. Aprendi sobre as questões e problemáticas de gênero, que inferiorizam as mulheres e as atividades desenvolvidas por elas - de maneira remunerada ou não - em relação às desempenhadas pelos homens. Como mulher essa realidade me afeta diretamente, e não pude deixar de querer transformá-la.

Pelas lentes da Antropologia compreendi que era possível aliar a questão de gênero com a questão da ruralidade, da produção de alimentos orgânicos e da luta pela autonomia dos corpos-territórios¹, considerando que as mulheres muitas vezes são as mais afetadas pela falta de terras ou de soberania territorial, e são quem mais estão dispostas a mobilizar-se para transformar essa realidade desfavorável à elas. Assim, desenvolvi essa dissertação sobre o tema das “Mulheres da terra: Um panorama antropológico sobre as diversidades de relações e conexões entre a terra e as mulheres em Abya Yala”, não por me identificar ou reconhecer nelas, mas por me espelhar, inspirar e sentir falta dessa potência revolucionária feminina em conexão com a terra em minha vida.

Inicialmente gostaria de aclarar alguns conceitos e cosmovisões nas quais este trabalho se apoia: em primeiro lugar, esta é uma dissertação bilíngue escrita em português e espanhol - o espanhol será utilizado principalmente nas citações de autores(as) hispanofalantes - , devido ao seu caráter de abordagem latino-americanista que necessita dos dois idiomas para delinear-se e tomar vida e também pelo fato de ser um fruto da UNILA, que possui o plurilinguismo em sua essência primária. Utilizarei a linguagem inclusiva para os gêneros e em diversos casos mencionarei os artigos, substantivos e adjetivos apenas em sua forma feminina, já que é um texto que se refere continuamente às experiências e vivências das mulheres, e optei ainda por sempre citar e referenciar os nomes das autoras e autores juntamente com o sobrenome, tanto para uma melhor identificação de gênero quanto como uma forma de protesto à utilização

¹ Categoria criada pelas mulheres pertencentes ao Feminismo Comunitário na Guatemala, que sugere uma potência na relação recíproca entre os corpos das mulheres e a terra-território.

única dos sobrenomes como representativo dos indivíduos e de seus trabalhos intelectuais, sendo esta uma forma mais de opressão patriarcal que privilegia a patrilinearidade enquanto apaga as mulheres da história.

Além disso, utilizarei alguns termos talvez pouco conhecidos na língua portuguesa, porém amplamente divulgado no mundo andino, o primeiro deles é *Abya Yala*, que é o nome dado pelo povo indígena Kuna - que hoje habita o território panamenho - ao continente americano, o termo significa na língua originária território salvado, terra de sangue, terra madura ou continente americano (ORÁN, Reuter; WAGUA, Aiban; 2010). Apesar de existirem também outros nomes dados pelos povos nativos ao continente, opto por utilizar este por já ser mais conhecido nas áreas de estudos sociais latino-americanos, e por ser uma opção anticolonial em substituição ao tradicional nome de América Latina outorgado pelos colonizadores invasores.

O segundo termo que será bastante mencionado é *Pachamama*², fazendo referência à Mãe Terra, de maneira sagrada e respeitosa, pois muito além de seu aspecto de fertilidade e cuidado com os seres que nela habitam, a *Pachamama* é o todo e não nos pertence, mas nós pertencemos a ela, não podendo ser dominada, vendida, comprada ou manipulada para fins de “desenvolvimento capitalista” (Pronunciamento do feminismo comunitário na Conferência dos povos sobre mudanças climáticas 191). Utilizarei esse conceito para referir-me à natureza quando o mesmo for mencionado pelas próprias mulheres interlocutoras, ou quando expresse minhas próprias cosmovisões a fim de análise antropológica, mas não o utilizarei quando as mulheres e organizações não o mencionem.

1.1 Justificativa

As mulheres da terra, de acordo com suas especificidades, enfrentam problemáticas e conflitos relacionados à ocupação de território, dificuldade de soberania alimentar, dependência financeira e comercial, entre outros. Por isso, faz-se necessária a realização desta pesquisa por motivos acadêmicos e de empatia, pois além de compreender a diversidade de relações entre as

² Do quechua: “*PACHA-MAMA: La MADRE TIERRA, deidad incaica, ubicua y poderosa, que vive en la entraña de la tierra (oriunda del altiplano del Titicaca?); personificación de las fuerzas productivas de la tierra que da sustento a la gente; hace germinar la semilla y crecer las plantas [...]*” (PONTACTI, Adalberto A. Rosat. 2004, p. 686)

mulheres e a terra, também proporei soluções de alternativas sustentáveis para lidar com essas dificuldades e apropriar-se de seus corpos-territórios.

1.2 Objetivo geral

Este trabalho tem como objetivo compreender as diversidades de relações das mulheres com a terra e o território e as formas de organização individuais e coletivas utilizadas por elas para a transformação social, através da análise de suas cosmovisões e cosmopráticas busco realizar uma abordagem ampla da temática da terra em interseção com o gênero baseada em perspectivas pessoais e suas relações com os movimentos sociais e organizações políticas.

1.3 Objetivos específicos

- Descrever as diversidades de mulheres da terra e como elas vivenciam suas relações com a terra de maneira única e especial;
- Denunciar e expor as violências sofridas pelas mulheres da terra no território de Abya Yala;
- Mapear os principais movimentos sociais e organizações políticas que unem gênero à questão agrária em Abya Yala;
- Compreender as lutas, resistências e reivindicações dos movimentos sociais de mulheres que lutam pela terra e relacionar as formas de organização política individuais e coletivas;
- Entender como as mulheres aplicam a promoção da saúde (das mulheres e da terra) e o autocuidado na vida cotidiana nos mais diversos territórios;
- Propor alternativas sustentáveis ecologicamente e socialmente como soluções para as problemáticas enfrentadas por essas e outras mulheres, com base nas discussões entre os materiais bibliográficos e os discursos presentes nas entrevistas.

1.4 Metodologia

Utilizarei a metodologia de etnografia multissituada (FRAILE, Sandra Santos; GUIJARRO, Ester Massó. 2017) para uma abordagem transcultural, com mulheres que apesar das distâncias físicas e das fronteiras nacionais possuem identidades que estão entrelaçadas pela questão da terra. Realizarei entrevistas com o intuito de realçar as vozes dessas mulheres e suas perspectivas sobre os temas investigados, estas ocorrerão de maneira virtual por conta da pandemia de COVID-19 e também pelas grandes distâncias entre cada uma delas. Também farei um mapeamento dos movimentos sociais e organizações que lutam pelos direitos das mulheres da terra em Abya Yala, com o propósito de relacionar os princípios ideológicos individuais e coletivos dessas sujeitas. A escolha das mulheres e dos movimentos e países para a análise se deu por proximidade afetiva e pela disponibilidade de acesso para entrevistas e para a coleta de informações.

2. Capítulo I: Contextualização sobre as relações das mulheres com a terra e as violências que sofrem seus corpos-territórios

“É melhor morrer na luta do que morrer de fome.”

(ALVES, Margarida)

2.1 Divisão sexual do trabalho

Através da divisão sexual do trabalho ocorrente na maior parte da sociedade atual³ (HERRERO, Yayo. 2016) as mulheres foram responsabilizadas pelas atividades de cuidado e afeto com as crianças, os homens, os anciãos, os enfermos, e também pelas tarefas domésticas de preparação de alimentos e higienização do lar, consideradas atividades de reprodução da cultura, enquanto os homens ficaram responsáveis pelas chamadas ‘atividades de produção’, relacionadas diretamente ao mercado e à economia. A antropóloga Yayo Herrero (2016), afirma, no entanto, que essa separação entre as esferas de produção e reprodução é meramente um recurso discursivo, já que não há reprodução sem produção e vice-versa, e que o próprio mercado capitalista é alimentado pelo trabalho doméstico não remunerado realizado em sua maioria pelas mulheres, o que também é reiterado a seguir por Anna Bosch, Cristina Carrasco e Elena Grau (2003):

La dicotomía producción/reproducción en su origen pareció interesante porque permitía visibilizar como diferente la actividad que se realizaba al margen de la producción capitalista. Sin embargo, posteriormente se nos fue presentado como un concepto, no sólo poco adecuado, sino simbólicamente distorsionador; que reflejaba la forma dicotómica de pensamiento de la ideología patriarcal. (BOSCH, Anna; CARRASCO, Cristina; GRAU, Elena. 2003, p. 9)

Segundo a socióloga ecofeminista Maria Mies (2016), as mulheres desempenhavam papéis fundamentalmente ‘produtivos’ nas sociedades primitivas, a agricultura, por exemplo, foi uma atividade que foi desenvolvida com intensa participação das mulheres, em “Origens

³ Me refiro à diferenciação das tarefas sob responsabilidade feminina e masculina presente na sociedade hegemônica expandida globalmente pela colonização europeia, referenciada por Maria Mies (2016), Yayo Herrero (2016), Anna Bosch, Cristina Carrasco e Elena Grau (2003)

sociais da divisão sexual do trabalho. A busca pelas origens sob uma perspectiva feminista”, ela afirma que:

A necessidade do abastecimento diário de alimentos para si e seus filhos levou as mulheres a terem um rico conhecimento sobre as plantas, a terra, as águas e as estações do ano. Essa coletânea de experiências ao longo de milhares de anos levou finalmente à invenção do cultivo regular de plantas. Segundo Gordon Childe, essa invenção ocorreu no período neolítico, principalmente na Eurásia, onde houve o primeiro cultivo de cereais silvestres. Ele e diversos outros cientistas narram essa invenção em conjunto com as ferramentas utilizadas pelas mulheres (CHILDE, 1976; REED, 1975; THOMSON, 1960; BORNEMANN, 1975; CHATTOPADHYAYA, 1973; EHRENFEL, 1941; BRIFFAULT, 1952). (MIES, Maria. 2016, p. 12)

A mesma autora também aclara que o trabalho feminino sempre foi essencialmente de cunho ‘produtivo’, já que as mulheres buscavam alimentos para satisfazer as necessidades delas e da comunidade, principalmente para seus(as) filhos(as), mas também para os(as) idosos(as) e homens jovens e adultos, possuindo assim um forte cunho coletivo, e por isso Mies (2016) afirma que as mulheres são também as criadoras das primeiras relações e produções sociais. Para ela, as primeiras divisões sexuais de trabalhos responsabilizavam as mulheres pela coleta de alimentos, e posteriormente pela capinagem para a agricultura, e os homens pela caça, no entanto, a alimentação cotidiana provia em cerca de 80% da produtividade feminina, ou seja, de alimentos de base vegetais e outros como a pesca e a caça de pequenos animais ou abate de animais domesticados, enquanto os homens nem sempre obtinham sucesso nas atividades de caça, e também se alimentavam majoritariamente com os alimentos produzidos pelas mulheres de suas comunidades.

Ainda segundo as contribuições de Mies, subsequentemente a isso, houve outra divisão sexual do trabalho violentamente e assimetricamente estabelecida - principalmente entre os arianos, semitas (árabes e judeus) e chineses, e posteriormente levada para os povos colonizados por eles - através dos sistemas de casamento, família, estado, ideologia e religiões que submeteram as mulheres a uma domesticação com objetivos de reprodução de força de trabalho para maior produção de riquezas para a dominação masculina sobre as mulheres e sobre outros homens, um exemplo desse processo de domesticação na Europa foi a “caça às bruxas” promovida pela Igreja Católica na Idade Média, e entre as estratégias mais recentes está a separação do local de trabalho do espaço familiar, transformando assim as mulheres em donas de casa - ainda que exerçam atividades produtivas e econômicas - e os homens em provedores.

2.2 Revolução verde e ‘extensão rural’

As mulheres, sendo as responsáveis pela coleta de frutos e vegetais, e logo depois, pelo armazenamento das sementes nativas que eram (e são) passadas de geração em geração, garantiam a segurança territorial e alimentar. Entretanto, com o desenvolvimento do capitalismo a nível global, com a Revolução Verde em Abya Yala e com o incentivo do uso extensivo de maquinarias e tecnologias para produzir sempre mais em um menor tempo, com a promessa de acabar com a fome no mundo, a maioria da produção agrícola ficou a cargo dos grandes latifundiários monocultores e extrativistas, que utilizam sementes transgênicas e envenenam os cultivos com agrotóxicos, causando imensos danos para a saúde humana e dos outros seres, e para a natureza, comprometendo também a produção e a reprodução dos povos da terra, especialmente do campo, das florestas e das águas.

Segundo o “*Atlas del agronegocio transgénico en el cono sur*” (2020):

La Revolución verde se impone a partir de 1960 como un nuevo paradigma de producción industrializada, basada en los monocultivos, la utilización de maquinaria pesada, la aplicación de agrotóxicos y la concentración de la tierra. Según este paradigma, las semillas criollas y nativas son consideradas poco productivas y, por ser consideradas mercancías, deben ser reemplazadas por las “semillas mejoradas” supuestamente más productivas (ACCIÓN por la Biodiversidad. 2020, p. 72)

O mesmo atlas (ACCIÓN por la Biodiversidad, 2020) também expõe um mapa que demonstra que na Bolívia é legalizada apenas um tipo de soja transgênica, enquanto no Paraguai são 41 espécies entre soja, milho e algodão, na Argentina 61, sendo também a maioria de milho, soja e algodão, no Uruguai 19, principalmente de soja e milho, e no Brasil 85, sendo também a maior parte de milho, soja e algodão, demonstrando assim o impacto da revolução verde para a utilização de sementes transgênicas até os dias atuais, sendo que a maioria são modificadas geneticamente para alcançar maior tolerância aos próprios agrotóxicos.

Apesar disso, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 70% dos cultivos destinados à alimentação no Brasil provém de agricultores familiares, e não dos grandes latifundiários, já que os monocultivos (principalmente de soja, trigo e milho) são exportados para países europeus - e ultimamente para a China - a fim de alimentar o gado para atividades pecuaristas. Porém, os povos do campo se vêem prejudicados pela dificuldade de encontrar mercados regionais, a necessidade de pagar por sementes geneticamente modificadas

patenteadas e também pela necessidade de utilização de pesticidas e maquinarias para tornar viável o cultivo das referidas sementes.

Los transgénicos se inscriben en el sistema internacional de patentes, lo que permite que las empresas transnacionales lucren con su comercialización, y la de los paquetes tecnológicos asociados a los mismos, especialmente los agroquímicos, que traen consecuencias graves para la salud de las poblaciones y la pérdida de la diversidad de producciones agrícolas. (KOROL, Claudia. 2016, p. 74)

O “Atlas del agronegocio transgénico en el cono sur” também deixa claro que as sementes transgênicas são monopolizadas por empresas como Monsanto/Bayer e Syngenta, em ordem de hegemonia comercial no continente. Além disso, boa parte do mercado ilegal também utiliza transgênicos, agrotóxicos e fertilizantes químicos, sendo o Paraguai um exemplo dessa situação, quando observamos que segundo estimativas⁴ 75% da soja plantada nos últimos 10 anos no país utiliza sementes vendidas ilegalmente, privando o Estado paraguaio de arrecadar cerca de \$75.236.809 dólares em impostos nesse período, segundo uma pesquisa realizada pela *Asociación Paraguaya de Obtentores Vegetales (Parpov)*.

Toda essa exploração é justificada pelos grandes latifundiários e pelos governos em nome do crescimento econômico nacional, no entanto, os lucros garantidos pelo setor agropecuário monocultor e exportador representa apenas uma pequena porcentagem dos PIBs nacionais anuais. Ou seja, a maior parte desse dinheiro beneficia somente aos próprios latifundiários, já que não beneficia ao país, nem aos trabalhadores, nem aos consumidores e muito menos à natureza. Além disso, o trabalho de cuidado da terra, que muitas vezes é realizado por mulheres, é desvalorizado em detrimento da produção econômica, podendo-se comparar assim a terra às mulheres, já que tanto uma quanto a outra realiza trabalhos ‘reprodutivos’ invisibilizados que são fundamentais para a vida humana, e ainda assim inúmeras vezes são exploradas e violentadas por conta da ideia difundida pelo capitalismo patriarcal de que são passivas.

2.3 Resistências coletivas

⁴ Informação disponível em:
<<https://www.ultimahora.com/se-dejo-recaudar-usd-75-millones-venta-ilegal-semillas-soja-n2913215.html>>
Acesso em: 23/11/2020.

Contrários a esse sistema cruel estão muitos povos, comunidades tradicionais e intelectuais que buscam outras formas de agriculturas que respeitem a terra, os rios e a biodiversidade local através de formas de manejo do solo como a permacultura, a agricultura sintrópica, os sistemas agroflorestais, e a mais conhecida entre elas, a agroecologia. A agroecologia busca maneiras de produzir alimentos em sintonia com as necessidades da terra, em harmonia com os outros seres vivos, com os biomas e com as estações do ano, rechaçando o uso de agrotóxicos, transgênicos e a exploração de trabalhadores/as, permitindo assim a sustentabilidade da vida humana no planeta Terra (BOSCH, Anna; CARRASCO, Cristina; GRAU, Elena. 2003).

A agroecologia, além de servir como uma ferramenta de autonomia e liberação dos povos da dependência econômica que lhes é imposta, atua contrariamente aos princípios do capitalismo, do mercantilismo, do extrativismo, do machismo, do racismo e do individualismo, propagando ideais de coletividade e respeito em amplos sentidos, contribuindo assim para o empoderamento e emancipação das mulheres que começam a experienciar processos mais harmoniosos em suas relações com os homens, com outras mulheres e com a terra, redescobrimdo os conhecimentos que já possuíam sobre o manejo sustentável da natureza, como a conservação da biodiversidade agroalimentar e a gestão das riquezas naturais, tais quais a água e as sementes nativas (NORONHA, Isabela. 2018).

Além de trazer benefícios ao meio ambiente, à fauna e à flora nativas e à saúde humana, a agroecologia tem a especificidade de permitir às mulheres do campo um deslocamento de sua realidade mediante à participação na construção de projetos coletivos de planejamento social, pois a percepção de estar produzindo através da resistência, gerando transformações cotidianas na vida comunitária e a participação em coletivos organizados traz consciência e autonomia para que elas planejem seus projetos de vida dentro e fora das “Unidades de Produção e Vida Familiar” e continuem lutando por mudanças sociais além do espaço privado. (HENN, Iara Aquino. 2013)

Entre as ações que permitem esse autorreconhecimento está a participação nas feiras livres, que proporciona especialmente às mulheres autonomia econômica, distintas formas de socialização, crescimento pessoal e aumento da autoestima, superando limites morais estabelecidos pela sociedade para atuar nos espaços públicos, que se torna parte de seus cotidianos, diminuindo também o êxodo rural, que tem como causas principalmente a necessidade de renda extra e a desvalorização dos saberes coletivos e tradicionais rurais em relação aos urbanos.

2.4 Violências que sofrem os corpos-territórios

Grande parte das mulheres em Abya Yala precisam lidar cotidianamente com um conjunto de violências simbólicas, psicológicas ou físicas, desde a desvalorização de todas as atividades ou trabalhos que são considerados femininos, manipulação e abuso psicológico por parte de amigos, parentes ou companheiros, até agressões físicas ou sexuais, muitas vezes no próprio ambiente doméstico. Algumas mulheres sofrem ainda violências interseccionais, somando fatores de raça, classe, identidade de gênero ou orientação afetiva-sexual, e também outros aspectos socioculturais e econômicos muitas vezes derivados da exploração capitalista, como o extrativismo, o despejo, a migração forçada por motivos políticos (Ditaduras, guerrilhas, etc.) ou ambientais (mudanças climáticas, fenômenos naturais, etc.).

Segundo a cartilha do Feminismo Camponês e popular, produzida pela Associação Nacional das Mulheres Camponesas, a violência contra as mulheres foi construída historicamente com o surgimento da propriedade privada e do patriarcado (sistema de dominação masculina sobre as mulheres e também sobre a natureza) que foi aliado ao capitalismo e ao racismo, elas concluem que esse processo foi naturalizado, e que precisa ser desnaturalizado para que seja superado pela sociedade, de maneira que elimine juntamente toda a desigualdade social proveniente do modo de produção capitalista extrativista, que necessariamente produz subalternidades. *“Esta violencia contra la naturaleza y la mujer forma parte del modo en que se percibe a ambas, y constituye la base del actual paradigma de desarrollo”* (SHIVA, Vandana. 1991. apud BOSCH, Anna; CARRASCO, Cristina; GRAU, Elena. 2003, p. 20)

Para as mulheres da terra (categoria criada por mim, e que será explicada melhor ao longo desta dissertação), a maioria das violências sofridas estão relacionadas com seus corpos-territórios, ou seja, por conta da intensa conexão entre seus corpos e seus territórios, as violências contra seus territórios afetam diretamente seus corpos físicos individuais e coletivos e vice-versa, fazendo com que essas mulheres assumam uma postura de luta e resistência frente às imposições dos Estados nacionais e do capitalismo, o que termina por definir uma parte da identidade delas. Segundo Isabela Noronha:

Teorias feministas sugerem uma potência na relação das mulheres com a terra – é pela terra que elas lutam e é nela que produzem o sustento da vida – de fortalecer uma

identidade coletiva que denuncia as ameaças do modelo de sociedade hegemônico para a vida. A experiência socialmente atribuída às mulheres de desenvolver atividades de cuidados e trabalho reprodutivos confere uma consciência da materialidade dos corpos e ao mesmo tempo dos recursos, do que decorre uma consciência de suas limitações. A potência da relação das mulheres com a terra é o fortalecimento de uma identidade de luta e resistência que denuncia que a emancipação das mulheres depende também da superação uma teia de comportamentos que respaldam a exploração dos âmbitos cruciais para a sustentação da vida: a natureza e o trabalho reprodutivo (NORONHA, Isabela. 2018, p. 96).

Claudia Korol em “*Somos tierra, semilla, rebeldía: mujeres, tierra y territorio en América Latina*” (2016), também define muito bem a problemática relacionada à mulher em relação à terra, argumentando que o trabalho feminino, apesar de fundamental para a manutenção e reprodução da vida, na maioria das vezes não é valorizado socialmente, nem economicamente:

Las mujeres rurales constituyen el pilar de la agricultura de pequeña escala, producen riqueza económica y sostienen la pequeña economía de sus familias y comunidades; a pesar de ello, enfrentan el despojo de sus territorios por parte de las industrias extractivas del petróleo, el oro y otros minerales. Esto se suma a la ya tradicional situación de discriminación, como limitaciones para el acceso a la tierra, sometimiento a sobreexplotación y exceso de trabajo; exposición a agrotóxicos y daño a su salud, incluida la sexual y la reproductiva, que en algunos casos han producido abortos espontáneos. El papel central de las mujeres en mantener la cadena productiva alimentaria, de conservar las semillas, la biodiversidad y el cuidado del medioambiente no es reconocido social ni económicamente; se les criminaliza y violenta cuando defienden sus territorios y su modo de vida comunitaria ante el despojo y expropiación de sus recursos naturales, llegando a negar su derecho a la autonomía económica y a la autonomía sexual y reproductiva sobre sus cuerpos. (KOROL, Claudia. 2016, p. 150)

2.5 Insegurança alimentar e fome

Outro empecilho no caminho da autonomia dos povos e das mulheres da terra é a dificuldade de se obter uma soberania alimentar dentro dos territórios, o que difere de segurança alimentar, já que a segurança tem o papel de acabar com a fome e suprir as necessidades nutricionais, enquanto a soberania alimentar permite, além disso, que cada povo se alimente de acordo com seus hábitos e tradições, considerando a alimentação como parte essencial das culturas.

Mientras que el concepto de seguridad alimentaria alude a la disponibilidad de acceso a los alimentos, el de soberanía alimentaria refiere a la facultad de cada pueblo de definir sus propias políticas agrarias y alimentarias, el tipo de alimentos que se consume, el modo de producción y el origen. Soberanía Alimentaria es una propuesta introducida por La Vía Campesina en Roma (en el año 2002), que propone cuidar integralmente la alimentación de los pueblos, y también la propia sobrevivencia de las economías campesinas. (KOROL, Claudia. 2016, p. 148)

No Brasil, há diversas políticas que visam garantir a segurança alimentar, como o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2012/2015), todos levando no nome a palavra “segurança” em vez de “soberania”, deixando bem claro que o Estado brasileiro busca tutelar a alimentação da população, impondo uma maneira única e hegemônica de se alimentar, em vez de respeitar as tradições de cada povo ou mesmo investir em educação nutricional popular.

A FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) realizou em 2015 um estudo denominado “Censos Agropecuários e Gênero. Conceitos e Metodologia” que identificou que entre as 780 milhões de pessoas afetadas pela má-nutrição, uma grande parte corresponde a mulheres em idade reprodutiva, grávidas, ou que estão amamentando, e ainda afirmou que para a erradicação da fome na América Latina e Caribe, os governos e a sociedade deveriam reconhecer as contribuições das mulheres como produtoras, proprietárias e tomadoras de decisões, removendo os obstáculos que persistem em detrimento de sua condição social, econômica e jurídica, pois assim as mulheres poderiam garantir a segurança alimentar da família, administrando melhor que os homens os recursos econômicos e alimentares, sempre priorizando as crianças e adolescentes (KOROL, Claudia. 2016).

As mulheres dirigentes da ANAMURI (*Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas*) do Chile, afirmam que “*La soberanía alimentaria está relacionada con la integración y solidaridad entre los pueblos, y es el encaminamiento hacia el Buen Vivir*” (KOROL, Claudia. 2016, p. 153), dizendo também que “*Luchar por la soberanía alimentaria es luchar por la autonomía local de nuestras comunidades, por la administración, la organización y la defensa del campo*”. (KOROL, Claudia. 2016, p. 157)

2.6 Importância da coletividade e dos saberes coletivos

Outro ponto a se destacar é a importância da comunidade, do coletivo e das organizações para ampliar a voz das mulheres. Um coletivo possui uma identidade própria, que não é a soma das individualidades, mas uma dinâmica que envolve as necessidades, desejos e capacidades de cada um dos seus integrantes, trazendo reconhecimento e legitimidade às reivindicações individuais e atuando como uma maneira de resistência e desobediência sistêmica às imposições dos diversos sistemas sociais que atuam de forma opressora.

A comunidade, o coletivo ou a organização possui rostos, corpos e vozes que são de todos e todas, e por isso se produzem afeto e carinho para com essa entidade, mas para que a partir desse lugar de posicionamento seja possível elaborar pensamentos, reflexões, liberdade e reconhecimento é necessário que o trabalho de todas seja reconhecido, que as tarefas sejam repartidas equitativamente e que a propriedade seja comum, em vez de privada. O coletivo está unido não pelo sangue ou pela genética, mas pela história, memória, valores e expectativas para um futuro melhor, e por isso a comunidade é essencial para a autonomia, a liberdade e o bem-viver das mulheres, que por esse motivo preferem organizar-se coletivamente em torno das lutas por seus direitos, de maneira que o movimento transforma cada uma delas e cada uma delas transforma o movimento. (GALLARDO, Francesca. 2014)

César Enrique Pineda Ramírez (2019) sublinha que as comunidades possuem maneiras próprias de fazer política com fins de garantir sua autonomia:

Una forma de hacer política que tiene como principio el cuidado y la reproducción de la vida de las familias que los integran. Es una política comunitaria cuyas formas, modos, instituciones, normas y relaciones son sumamente distintas a la política estatalizada dominante. Es a la vez, una política autónoma. (RAMÍREZ, César Enrique Pineda. 2019, p. 144)

Narciso Barrera-Bassols e Víctor M. Toledo (2015) afirmam em seu livro “A memória biocultural: A importância ecológica das sabedorias tradicionais”, que a espécie humana, por ser um animal que também é dotado de consciência e sociabilidade, sobrevive neste planeta apenas em dependência de nossos vínculos sociais e de nossos vínculos com a natureza. Para eles, as sociedades humanas somente conseguiram se desenvolver por conta do acúmulo de conhecimento de cunho biocultural (sobre a diversidade biológica em conjunto com a diversidade cultural) através de milhares de anos de interação entre os grupos e seus saberes individuais compartilhados socialmente e transmitidos historicamente de geração em geração até o presente criando uma memória coletiva, essa seria a memória biocultural dos povos - e principalmente das mulheres de cada povo, que é o que mais me interessa sobre esse conceito.

Os autores diferenciam os conceitos de “conhecimento” e “sabedoria”, de modo que o conhecimento seria de cunho mais científico, duro, rígido, objetivo e racional, enquanto a sabedoria comportaria os saberes coletivos de todo um povo, de maneira prática e subjetiva. A sabedoria de adquire na experiência cotidiana empírica, preservando a diversidade e pluralidade de significados, imprimindo importância e afeto aos detalhes e particularidades de cada saber compartilhado, e o conhecimento é adquirido via capacitação majoritariamente teórica, aspirando à universalidade, neutralidade e generalidade. Segundo eles, a natureza, a cultura e a produção são inseparáveis da construção dos saberes locais, também chamados de epistemologias locais.

No entanto, deixo claro aqui que, ao contrário dos autores mencionados acima, não interpreto as diferenças entre conhecimento e sabedoria como dicotômicas, mas como duas possibilidades epistemológicas dentro de um leque plural e diverso. Dessa maneira, entendo que a Antropologia está qualificada para realizar este estudo, que relaciona o conhecimento antropológico teórico à sabedoria contida na memória biocultural, nas cosmovisões e cosmopráticas das mulheres da terra, (as quais chamarei de agrosabedorias, conceito criado por mim na tentativa de abranger todos esses aspectos) sem perder a complexidade e as particularidades de cada saber, da maneira como é compartilhado pelas próprias mulheres, com sua carga cultural, tradicional, individual e coletiva.

3.Capítulo II: Mulheres nos movimentos sociais e organizações políticas: construindo e desconstruindo coletivamente

Existem inúmeras categorias criadas por pesquisadores para nomear e descrever os povos da terra - categoria também criada por mim - presentes em Abya Yala com todas as suas especificidades, algumas das mais utilizadas são camponeses/camposinos, povos indígenas/originários e quilombolas/palenqueros, mas também são populares outras como agricultores urbanos, trabalhadores rurais e até mesmo extrativistas, e é claro que as mulheres de cada grupo possuem características e demandas próprias. No entanto, ressalto que aqui, devido ao meu recorte de gênero e à pertinência metodológica em relação à possibilidade de contato, afinidade, consentimento e facilidade para a realização das entrevistas, pretendo trabalhar especialmente com mulheres camponesas, indígenas e agroflorestoras residentes no Brasil, em comparação com mulheres da Colômbia, Bolívia e México - e também citar alguns

outros movimentos de destaque no território de Abya Yala, principalmente no Paraguai e no Chile.

Como será exemplificado melhor ao longo deste capítulo, as mulheres camponesas lutam pelos direitos de posse da terra e pela concessão de créditos às mulheres, para aquisição de maquinarias e implementos que ajudam no desenvolvimento de seus cultivos e por educação e saúde de qualidade no campo, enquanto as mulheres indígenas reivindicam o direito de permanecer em seus territórios ancestrais, exigem o respeito à gestação, ao parto e à criação de seus filhos da maneira tradicional e pedem pela valorização do conhecimento feminino ancestral, já as mulheres agroflorestoras lutam pelo respeito à natureza em harmonia com os seres humanos e outros animais, pelo fim do extrativismo das riquezas naturais do nosso planeta e também da economia capitalista que apenas destrói a natureza e perpetua as desigualdades sociais.

No entanto, o que todas essas mulheres têm em comum é o contato diário com a terra, o cuidado e o apego com seus territórios e o entendimento da terra como um ente que, além de produzir alimentos e remédios, é imprescindível para a vida e o desenvolvimento das sociedades humanas, alcançando uma dimensão muitas vezes espiritualista de enxergar a terra como uma deusa ou como uma mãe, conhecida pelos povos andinos como Pachamama.

Optei por dividir este capítulo para uma melhor organização em subtítulos referentes a cada um dos países analisados, por falta de uma categoria mais adequada para essa divisão.

3.1 Brasil

Dois grandes movimentos sociais no território brasileiro são: o **Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)** e o **Coletivo de Gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)**, esses dois movimentos têm organizado mobilizações em forma de marchas e encontros, como por exemplo, o **1º Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas**, que ocorreu em 2013, o **1º Encontro Nacional das Mulheres sem Terra**, que aconteceu em março de 2020, em Brasília, com o tema “Mulheres em luta, semeando a resistência”, e também a **Marcha das Margaridas**, que ocorre a cada 4 anos reunindo mulheres dos campos, das florestas e das águas, também na cidade de Brasília.

O **Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)** surgiu na década de 1980, ao mesmo tempo que outros movimentos sociais camponeses e feministas, reunindo as pautas

específicas dos dois grupos para atender às necessidades das mulheres rurais, reivindicando o reconhecimento e a valorização das trabalhadoras rurais, a libertação social da mulher, documentação que garantia a cidadania - através da Campanha Nacional “Nenhuma Trabalhadora Rural sem documentos”-, sindicalização, direitos previdenciários como salário maternidade, aposentadoria (direito que através de muita luta foi garantido pela Constituição Cidadã de 1988, com o Reconhecimento da Profissão de Trabalhadora Rural, e o direito a aposentadoria rural, na condição de seguradas especiais aos 55 anos de idade), e também maior participação política feminina.

O movimento realizou vários debates sobre a definição da categoria “camponês”, e acabou por compreender a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar, representando uma produção agrícola, artesanal e autônoma com propósitos de subsistência ou aquisição de recursos necessários para isso. Assim, “[a mulher camponesa] é a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de côco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas” (MMC-Brasil, 2005a apud LAGO, Mara Coelho de Souza; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; WOLF, Cristina Scheibe. 2013, p. 84) - por isso a autodenominação das participantes da Marcha das Margaridas como mulheres dos campos, das florestas e das águas.

Uma diferença a se destacar entre os movimentos de mulheres rurais no Brasil e nos outros países de Abya Yala é a utilização do termo “camponesa/campesina”, pois enquanto nos outros países esse é um termo muito conhecido e utilizado popularmente, pelo qual essas mulheres se identificam, no Brasil é um termo que caiu em desuso e o qual não representa uma identidade específica de mulher, mas sim uma amplitude de mulheres que vivem ou desenvolvem atividades no âmbito rural, sendo que a maioria delas se autodefine como agricultora, pescadora, quebradeira de coco, entre outros, e várias também possuem identidades transitórias entre o rural e o urbano, o que também é uma consequência do grande êxodo rural ocorrido no Brasil nas décadas anteriores.

Isso pode ser identificado na transição do nome do Movimento de mulheres agricultoras de Santa Catarina (MMA/SC), existente desde 1981, para fazer parte do Movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina (MMC/SC) em 2004, que encontrou resistência por parte das agricultoras sobre a mudança do nome, por se reconhecerem com a identidade política e profissional de mulheres agricultoras e não camponesas, o termo acabou sendo aceito por incluir na mesma luta as necessidades de outras mulheres rurais que não são agricultoras, pois como afirma Maria Ignez Paulilo (2004, p. 230 apud LAGO, Mara Coelho de Souza;

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; WOLF, Cristina Scheibe. 2013, p. 84), o termo “camponês” tem uma conotação política de criação de identidade em momento de luta.

As mulheres do MMC defendem a organização e a luta como fatores que possibilitam a libertação da mulher por si mesma de maneira autônoma, protegendo também o direito da permanência no campo, diversificação da produção através da agroecologia e da preservação da biodiversidade, soberania alimentar, uso de plantas medicinais e autogestão do território de maneira comunitária pelo Projeto Popular, fortalecer a luta das trabalhadoras e dos trabalhadores, etc.

No **1º Encontro Nacional das Mulheres Camponesas** (2013), foi debatida a importância e a necessidade de um Movimento de Mulheres Camponesas autônomo, feminista, camponês e socialista para lutar pela emancipação dessas mulheres e contra as diversas violências e opressões sofridas por elas, reafirmando a sua missão de construir e desenvolver um Projeto Popular de agroecologia camponesa e feminista que permitisse a transição para um novo modelo de sociedade. A partir disso as integrantes do MMC e da CLOC - Via Campesina em uma construção coletiva conceberam o conceito de **Feminismo Camponês e Popular** a fim de expressar uma luta interseccional que engloba as questões de classe e raça tanto quanto as questões de gênero, sendo um movimento de caracteres autônomo, de base, de classe, camponês, feminista, popular, e socialista, buscando manter o modelo de vida da agricultura camponesa e agroecológica, porém transformando as bases para a construção de uma sociedade sem classes, socialista e feminista.

O movimento luta contra a violência de gênero, entendendo que esta surgiu juntamente com o patriarcado e a propriedade privada, sendo necessária a abolição da propriedade como a entendemos nos conceitos capitalistas, e a restauração da liberdade feminina de forma individual e também coletiva e orgânica, em conjunto entre as mulheres e homens de suas comunidades e com a natureza, sendo o primeiro passo o autorreconhecimento dessas mulheres como sujeitas de direitos e logo a visibilização dessa causa, o que se dá ao deixar o espaço privado do lar e ocupar os espaços públicos, criando laços e desenvolvendo sua consciência sociopolítica.

O Feminismo camponês e popular se dá na resistência cotidiana contra o capitalismo, agronegócio, patriarcado e racismo, baseada na autonomia que a vida no campo proporciona, em termos de soberania alimentar, trabalhista e política.

Feminismo Camponês e Popular
Já ouvi, já vivi e eu quero falar
A História já nos mostra

Desde a santa inquisição
Somos Bruxas, Zapatistas
Tecendo a Revolução
Defendendo a Natureza
Bem do povo e da nação
Tamo na luta, todo dia
Violência digo não
Camponesa se organize
A luta é seu lugar
Construir Sabedoria
No projeto popular!
Feminismo é a semente
Que brota no coração
Das mulheres camponesas
Com sede de libertação.

(Paródia construída por participantes do III Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular)

Essa é uma particularidade deste movimento, já que em muitos outros casos, as organizações se autodenominam como "movimentos ou organizações de mulheres", optando por não usar o termo "feminista", já que consideram excludente em relação aos homens de seus povos e comunidades. Porém, antes mesmo da criação do Feminismo Camponês e Popular, as mulheres rurais de todo o país já estavam organizadas e se mobilizavam para a **Marcha das Margaridas**, que constitui uma ação direta das mulheres dos campos, das florestas e das águas que integra a agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que é um sistema confederativo formado por CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), FETAGs (Federações dos Trabalhadores na Agricultura) e STTRs (Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), chamado de Sistema Contaguiano, que representa cerca de 25 milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais. O MSTTR atualmente no Brasil está organizado em todas as 27 federações estaduais e possui mais de 4000 sindicatos associados.

A marcha ocorre em posicionamento contrário à fome, pobreza, violência contra as mulheres, e pede por desenvolvimento sustentável, justiça, autonomia, igualdade e liberdade, o evento ocorre desde 2000 a cada 4 anos em Brasília, configurando o maior movimento de mulheres de toda a América Latina, sendo que seu nome é uma homenagem a Margarida Maria Alves, liderança sindical assassinada em 12 de agosto de 1983 por defender os direitos de trabalhadoras e trabalhadores rurais.

Durante a marcha de 2011 ocorreu um fato histórico: a interlocução das margaridas com a primeira presidenta eleita do Brasil, Dilma Rousseff, para negociações sobre a criação de políticas públicas que abracem essa causa. A mobilização é coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), pelas 27 Federações de Trabalhadores

na Agricultura (FETAGs), por mais de 4 mil Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e várias organizações de mulheres, e já obteve algumas conquistas como a titulação da terra em nome da mulher e o Projeto de Saúde Reprodutiva da Mulher.

A 6ª edição da marcha ocorreu durante os dias 13 e 14 de agosto de 2019 em Brasília, e levou ao debate 10 eixos principais, entre eles a liberdade das mulheres, a luta pelo território, a defesa do SUS e previdência social, a conservação da sociobiodiversidade e a autonomia econômica, a mobilização contou com mais de 100 mil mulheres - com participação especial de 3 mil mulheres da **I Marcha das Mulheres Indígenas** que ocorreu entre 9 e 13 de agosto também em Brasília.

Outro movimento de bastante amplitude no Brasil é o **Coletivo de Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)**. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra se oficializou em 1984, e luta pela Reforma Agrária através de ocupações de terrenos improdutivos de propriedade de grandes latifundiários - com os objetivos de formação pedagógica do(a) sem-terra, sensibilização da opinião pública e pressão às autoridades -, entre outras ações como jornadas, marchas e feiras agroecológicas, onde expõem a causa para o restante da população rural e urbana. Uma das especificidades do MST é que toda a família participa da luta coletiva cotidiana nos ambientes de assentamentos e acampamentos, onde as relações sociais são moldadas dentro das pautas do movimento social, tornando ainda mais necessária a integração e a valorização de todos os participantes.

O Coletivo Nacional de Mulheres do MST nasceu em 1996, a partir das demandas do Encontro Nacional das Mulheres Militantes do MST, que ocorreu em São Paulo entre os dias 25 e 28 de maio daquele ano, o principal motivo que levou à necessidade de um coletivo de mulheres foi que dentro dos assentamentos se reproduziam as mesmas violências e discriminações contra as mulheres que na sociedade em geral, dificultando a vida e a participação político-social dessas mulheres nas decisões tomadas pelo coletivo.

Apesar de a participação feminina no trabalho de base e de produção ser majoritária, elas tinham menor representatividade e seu trabalho era considerado secundário, daí surgiu a necessidade da produção da cartilha sobre “A questão da mulher no MST” para conscientização das mulheres e do coletivo sobre essa problemática. Nesse documento é planteado um plano de trabalho para melhor inserção feminina nos espaços de decisão política dentro do MST, com os objetivos de transformar as relações de gênero cotidianas e massificar e qualificar a participação das mulheres, afirmando que essa é uma das pautas que o próprio movimento defende através do lema “Reforma agrária: uma luta de todos”.

Segundo Sônia Fátima Schwendler:

A luta pela terra, ao mesmo tempo que coloca em cena sujeitos historicamente excluídos de diversos direitos formando uma identidade coletiva – a de sem-terra, produzida a partir de uma consciência de classe trabalhadora –, gera também a necessidade de recriação das identidades de gênero e do papel da mulher, cuja participação na luta social, desde a constituição do MST, tem posto em movimento práticas político-organizativas que recriam os espaços e as relações de gênero. (SCHWENDLER, Sônia Fátima. 2009, p. 204)

É importante também que as mulheres participem das estruturas organizativas do movimento, para que elas tenham condições de participar posteriormente na coordenação do assentamento, que atualmente é composta sempre que possível por um homem e uma mulher. Durante a fase de acampamento, os indivíduos de ambos os gêneros dividem as atividades dos espaços privados e dos espaços públicos, consideradas femininas e masculinas, respectivamente, numa tentativa de romper com os padrões patriarcais estabelecidos.

Nesse sentido, deixo-lhes um trecho da letra de uma canção muito usada pelas mulheres do MST, “Sem medo de ser mulher”, de Zé Pinto, que reitera a importância da participação política feminina:

Prá mudar a sociedade do jeito que a gente quer
Participando sem medo de ser Mulher. (bis)
Por que a luta não é só dos companheiros
participando sem medo de ser mulher
Pisando firme sem medir nenhum segredo
Participando sem medo de ser mulher.
Pois sem mulher a luta vai pela metade
Participando sem medo de ser mulher
Fortalecendo os movimentos populares
Participando sem medo de ser mulher.
Na aliança operária Camponesa
Participando sem medo de ser mulher
Pois a vitória vai ser nossa com certeza
Participando sem medo de ser mulher
(PINTO, Zé)

As mulheres militantes do MST realizam muitas vezes uma tripla jornada de trabalho, incluindo o trabalho rural, o doméstico e a militância, fazendo com que muitas delas escolham ou sejam levadas a não ocuparem os espaços públicos, e quando ocupam, realizam trabalhos relacionados com a “reprodução”, ou seja, com o cuidado (área considerada de responsabilidade feminina), especialmente nos setores de educação e saúde.

A situação se transforma quando a mulher se identifica como “mulher sem-terra”, pois este é um processo de empoderamento e crescimento da auto-estima, permitindo a essas mulheres autonomia para lutar por suas reivindicações e finalmente alcançar sua emancipação. Como ação política para desenvolver cada vez mais o empoderamento das mulheres do MST ocorreu o **1º Encontro Nacional das mulheres sem-terra**, que reuniu integrantes do MST a

nível nacional, em março de 2020 em Brasília. O encontro teve o lema “Mulheres em luta, semeando a resistência”, e os eixos centrais de discussão foram “Conjuntura Política e Agrária e os impactos na vida das mulheres”, “Capitalismo, Patriarcado, Racismo e Violência” e “Feminismo Camponês e Popular”, além de temas como o protagonismo feminino nos espaços políticos do MST e a importância da arte e da cultura como resistência popular.

As lutas e reivindicações das mulheres indígenas no Brasil também têm conquistado visibilidade dentro de outros movimentos sociais, da política e da mídia nas últimas décadas, além de ser perceptível o crescimento do protagonismo das lideranças femininas indígenas nesses mesmos espaços. No entanto, apesar desses movimentos possuírem organizações quase que exclusivamente de mulheres lutando por pautas que afetam principalmente à elas, a maioria não se declara como feminista, por essa razão não utilizarei o conceito de “feminismo indígena”. Segundo Francesca Gargallo:

[Son] mujeres que buscan una buena vida para las mujeres de su pueblo en relación con los hombres de su pueblo. Su principal lugar de identificación para la acción política, cultural, educativa se halla en grupos mixtos cuyos miembros, más allá del género, comparten una fuerte discriminación u opresión racista por parte del estado nacional y por las mujeres y hombres blancos y blanquizados. Las mujeres indígenas que se niegan a decirse y a que se les llame feministas, pero actúan en favor de las mujeres de su comunidad, rechazan la ubicación en la cultura hegemónica del feminismo como movimiento político. Son casi todas dirigentes de un movimiento político o cultural que hace de la identidad uno de los ejes de su acción política, junto con la reivindicación de la tierra y una ley y una educación propias. (GARGALLO, Francesca, 2014, p. 125)

Da mesma maneira alguns povos indígenas também rechaçam ser caracterizados como “pobres”, já que se recusam a identificarem-se com as classificações ocidentais que lhes são impostas pela sociedade hegemônica, utilizando seus próprios termos de acordo com suas cosmovisões ancestrais como postura de resistência.

A **Plenária nacional das mulheres indígenas** integra a programação do Acampamento Terra Livre (ATL) desde 2017, com o apoio e financiamento da ONU Mulheres Brasil. Dentro do ATL e da plenária, as mulheres pautam debates sobre as temáticas de empoderamento e participação política, garantia de direitos das mulheres, saúde e educação indígena, o direito à terra e processos de retomada, e a valorização dos conhecimentos tradicionais. Dessa maneira a plenária atua como um lugar de fala específico das mulheres, onde são debatidos temas comum

às mulheres indígenas de todos os povos do Brasil, sejam moradoras de zonas rurais ou urbanas, em busca de ações diretas estratégicas que possam gerar possíveis soluções. São centrais temáticas como violência contra seus corpos/territórios, racismo e insuficiência alimentar, por isso, também é um espaço de identificação onde todas as parentes podem se sentir seguras e acolhidas para compartilhar seus medos e seus sonhos com as outras companheiras, tendo a certeza de que a luta de uma é a luta de todas elas.

Baseado nessa ideia um grupo de mulheres criou um projeto chamado “**Revista Fagtar: A força delas**”, a primeira revista brasileira criada por e para as mulheres indígenas, que tem o intuito de ser um ambiente coletivo e acolhedor, onde todas as mulheres indígenas possam participar de alguma maneira, compartilhando arte, rezos, palavras ou textos escritos, valorizando a memória e a sabedoria ancestral, além de destacar a importância de empoderar-se das ferramentas virtuais de luta que ultrapassam as distâncias e também aumentam a visibilidade dessa luta e resistência a nível nacional e internacional.

Durante a Plenária nacional das mulheres indígenas de 2019, foi decidida a realização da **Marcha das mulheres indígenas**, que teve sua primeira edição no ano de 2019 durante os dias 9 a 13 de agosto com o tema "Território, nosso corpo, nosso espírito", reunindo cerca de 3.000 mulheres de mais de 130 etnias. Após a marcha, foi divulgado o documento final, intitulado “O território é nossa vida”, no qual as indígenas exigem reivindicações e reafirmam sua posição em conjunto com os homens indígenas, em busca de uma coletividade como modo de vida em que ambas as sabedorias, feminina e masculina, sejam valorizadas e consideradas complementares:

A Marcha das Mulheres Indígenas foi pensada como um processo, iniciado em 2015, de formação e empoderamento das mulheres indígenas. Ao longo desses anos dialogamos com mulheres de diversos movimentos e nos demos conta de que nosso movimento possui uma especificidade que gostaríamos que fosse compreendida. O movimento produzido por nossa dança de luta, considera a necessidade do retorno à complementaridade entre o feminino e o masculino, sem, no entanto, conferir uma essência para o homem e para a mulher. O machismo é mais uma epidemia trazida pelos europeus. Assim, o que é considerado violência pelas mulheres não indígenas pode não ser considerado violência por nós. Isso não significa que fecharemos nossos olhos para as violências que reconhecemos que acontecem em nossas aldeias, mas sim que precisamos levar em consideração e o intuito é exatamente contrapor, problematizar e trazer reflexões críticas a respeito de práticas cotidianas e formas de organização política contemporâneas entre nós. Precisamos dialogar e fortalecer a potência das mulheres indígenas, retomando nossos valores e memórias matriarcais para podermos avançar nos nossos pleitos sociais relacionados aos nossos territórios. (O Território é nossa vida, 2019)

No ano de 2020 o encontro foi impedido de acontecer presencialmente por conta da pandemia de COVID-19, no entanto, ocorreu entre os dias 7 e 8 de agosto um encontro virtual

nomeado “**Mulheres indígenas: o sagrado da existência e a cura da terra**”, com diversas lives transmitidas a partir dos canais oficiais da Articulação dos povos indígenas do Brasil (APIB). Neste evento foi onde muitas mulheres indígenas lançaram suas candidaturas e co-candidaturas através de coletivos indígenas para as eleições municipais de 2020, com o intuito de transformar os cenários políticos a nível municipal, para em seguida transformá-lo a nível nacional. Ao total foram 2177 candidatos indígenas de todas as regiões, filiados aos mais diversos partidos presentes no território nacional.

Além de mulheres indígenas e camponesas, as mulheres agroflorestoras também têm conquistado um espaço entre os movimentos que defendem a harmonia entre os seres humanos e a natureza, assim, a **Rede de apoio a mulheres agroflorestoras (RAMA)** é uma organização de mulheres agroflorestoras do Brasil, criada no ano de 2019 com o objetivo de essas mulheres apoiarem-se com o compartilhamento de conhecimentos agrários (agrosabedorias), com debates sobre questões de gênero envolvendo ruralidade e também com a realização de mutirões onde cada uma contribui com sua força de trabalho para tornar mais viável a implementação e manutenção dos Sistemas agroflorestais (SAFs) em seus territórios. As participantes são mulheres de distintas classes e contextos sociais, algumas são proprietárias de suas próprias terras ou vivem em ecovilas urbanas, enquanto outras são indígenas, quilombolas ou acampadas e assentadas do MST, e vivem em territórios rurais coletivos. O fato de algumas delas haverem decidido migrar do ambiente urbano para o rural, e outras já terem nascido nesse ambiente, também ajuda a produzir uma troca de saberes muito rica e diversa.

A união entre os movimentos de mulheres camponesas e os movimentos de mulheres indígenas, muitas vezes unificando dois ou mais setores em uma mesma organização, pode ser uma estratégia efetiva na medida que gera mais visibilidade às suas ações, mas pode acabar produzindo uma imagem um tanto abstrata da identidade de cada um desses grupos de mulheres e suas necessidades específicas. Porém, há também diversas similaridades entre as formas de organização e autonomia praticadas por alguns desses movimentos, pode-se comparar, por exemplo, as estratégias políticas de ocupação dos territórios do Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) com as do *Ejército Zapatista de liberación nacional* (EZLN).

3.2 México

O **Movimento das mulheres indígenas zapatistas**, pertencentes ao *Ejército Zapatista de Liberación Nacional*, no México, que une traços do(s) movimento(s) feminista(s) ao movimento zapatista, de maneira que pedem pelo fim da violência contra as mulheres e lutam por direitos equitativos entre os sexos, sem deixar de enfatizar que desejam lutar em conjunto com os companheiros homens em prol de uma boa vida comunitária para todos(as). Assim como as mulheres indígenas do Brasil e da Bolívia, elas também possuem um grande senso de comunidade, através do qual orientam suas cosmovisões em torno da luta por direitos coletivos, e não somente individuais. Em 1993 foi redatada a *Ley Revolucionaria de Mujeres*, que abriu mais espaço às mulheres dentro das comunidades indígenas.

A Ley Revolucionaria de Mujeres estipulava que as mulheres, independentemente de sua raça, credo, cor ou filiação política, têm o direito de participar na luta revolucionária e em qualquer lugar que a sua vontade e capacidade determinem; têm o direito de trabalhar e receber um salário justo; têm o direito de decidir quantos filhos podem ter e cuidar; têm o direito de participar nos assuntos da comunidade e ter o cargo se forem eleitas livre e democraticamente; têm o direito a educação e a atenção primária na saúde e alimentação; têm o direito a eleger o seu próprio marido e de não serem obrigadas a casar; que nenhuma mulher poder ser maltratada ou agredida fisicamente nem por familiares e nem por estranhos e aqueles que cometerem tais violações serão severamente punidos; que as mulheres poderão ocupar cargos de direção na organização e poderão ter espaços nas forças armadas revolucionárias; e, por fim, que as mulheres terão todos os direitos e obrigações que estão apontadas nas leis e regulamentos revolucionários (EZLN, 1994 apud ESCHBERGER, Laura Marquesan; SALAINI, Cristian Job,. 2019, p. 68).

E assim elas têm conseguido ocupar todos os espaços de liderança dentro do movimento, desde as organizações de base até os postos de autoridade como comandantas. Desempenhar essas atividades ajuda a uma distribuição de tarefas mais equitativas entre os gêneros, e também permite que as insurgentas (como se autodenominam as mulheres zapatistas) possam desenvolver habilidades diversas, como dirigir assembleias ou preparar novos militantes, por exemplo. Entretanto, elas também se preocupam em organizar fóruns de discussão e espaços de apoio exclusivamente femininos, onde conseguem analisar as opressões de que são vítimas e planejar estratégias para enfrentá-las.

Para os(as) zapatistas, o poder é “*nosotrico*”, ou seja, pertence a “*nosotros(as)*”, de maneira horizontal e não hierárquica, e a autoridade sempre deve ser exercida através de um consenso em assembleia, como afirma César Enrique Pineda Ramírez (2019, p. 130): “*La política asamblearia es una de las posibles formas de la política comunitaria. En ella reside el potencial de asegurar que el poder se mantenga en el colectivo*”, por isso eles e elas definiram sete princípios fundamentais do movimento: *servir y no servirse; representar y no suplantar;*

construir y no destruir; obedecer y no mandar; proponer y no imponer; convencer y no vencer; y, bajar y no subir (DARLING, 2020). Segundo Victoria Inés Darling:

Para dar cuenta de la relación entre la transformación de las condiciones materiales y relaciones sociales, Marcos señala que en las comunidades zapatistas, los avances que se han dado a partir de la construcción de autonomías en materia de gobierno, salud, educación, vivienda, alimentación, participación de las mujeres, comercialización, cultura, comunicación e información, sólo pudieron darse a partir de la recuperación de los medios de producción, en particular, la tierra, los animales y las máquinas que estaban en manos de los grandes propietarios hacendatarios de Chiapas. (DARLING, Victoria Inés. 2020, p. 16)

Assim, elas(es) passaram por um processo de sucesso referente aos seus objetivos semelhante ao do MST no Brasil, com o intuito de recuperar a autonomia e a soberania territorial e dos meios de produção, baseando-se também em ideais de agroecologia e soberania alimentar, isso ocorre principalmente porque o MST se espelhou nas epistemologias e pedagogias da revolução zapatista. Outro aspecto semelhante entre esses 2 movimentos importante a se destacar é a construção de uma identidade enraizada ao movimento, que faz com que as mulheres do EZLN se autodenominem como mulheres zapatistas e as mulheres do MST se autoidentifiquem como mulheres sem-terra, impossibilitando a dissociação entre a personalidade individual sem a existência desses ideais coletivos. Os dois movimentos também buscam estratégias de aliança e projeção de suas causas na mídia, no entanto, o MST o faz principalmente a nível nacional, enquanto o EZLN possui ampla divulgação e apoio internacional, apesar de ser uma luta geograficamente determinada.

3.3 Bolívia

Na Bolívia, existem 2 organizações de grande impacto a nível nacional, sendo a primeira delas a **Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia “Bartolina Sisa” (CNMCI OB “BS”)**. A confederação existe desde 1980, quando sob o nome de “Federação” - que então era uma organização local, e não nacional - uniu forças das mulheres que tiveram um papel importante na luta contra a ditadura militar na Bolívia, elas são conhecidas como “Las Bartolinas” em homenagem a Bartolina Sisa, heroína indígena aymara e esposa de Tomás Túpac Katari, líder dos povos originários no século XVIII. O objetivo

inicialmente era constituir uma organização de base para que as mulheres indígenas e camponesas pudessem participar plenamente da reconstrução da democracia no país.

Elas também possuem a visão de que é necessária a adoção de políticas e ações para equidade de gênero, e também eliminar as desigualdades sociais e todas as formas de discriminação e recuperar a sabedoria e o conhecimento dos povos originários ancestrais para que seja possível viver em um mundo mais harmônico e justo entre os seres humanos e também com a natureza, e para isso estão se organizando em torno de recuperar a soberania territorial e alimentar e a dignidade das mulheres rurais e impulsionando sua formação e capacitação permanentes em busca de uma participação equitativa nos espaços políticos, sociais e econômicos.

Uma singularidade da organização é que ela busca maior participação política, para assim poder transformar a sociedade estando dentro do Estado, diferentemente dos movimentos sociais, aqui se torna importante destacar a diferença entre movimento social e organização.

Una de las principales características de los movimientos sociales es que no tienen un lugar específico para hacer política; no permanecen en un lugar determinado ni constituyen un espacio político al cual circunscribirse, mientras que las organizaciones sociales constituyen un espacio determinado al cual es posible circunscribirse. Es posible entender a una organización social como un sistema funcional organizado con el fin de alcanzar los objetivos de un grupo de personas que actúan de manera coordinada. Las organizaciones sociales contienen jerarquías y funcionan a través de normas establecidas. Una de las principales características de los movimientos sociales es que tienen la capacidad de generar transformaciones sociales, característica que comparten con aquéllos. (MONTES, Tania. 2011, p. 219)

Ainda sobre essa distinção, Édgar Guerra Blanco (2014) afirma que as investigações sobre os movimentos sociais enfatizam sua estrutura informal e horizontal, com objetivos e estratégia que se redefinem constantemente conforme a transformação das lutas pelas causas sociais utilizando-se dos protestos como a principal forma de mobilização, enquanto as organizações sociais como entidades que fazem uso de mobilizações contenciosas através de estruturas hierárquicas e de uma cultura organizacional para apresentar suas demandas ao poder governamental, neste caso, podendo-se compreendê-las como ‘organizações em protesto’.

No entanto, o autor reitera que apesar das diferenças entre os dois conceitos, eles não estão demasiadamente desprendidos um do outro, de maneira que os dois atuam como sistemas sociais de comunicação de conflitos e decisões, sendo que as organizações sociais, apesar de estarem estruturadas hierarquicamente sobre metas, objetivos e cargos, estes também mudam e se adaptam conforme as necessidades políticas. Além disso, os dois sistemas sociais se apropriam do recurso do protesto como meio para atingir seus fins, reconhecendo, organizando

e preparando seus militantes para manifestarem-se nos espaços públicos ou virtuais, - configurando nestes momentos um ator coletivo - sendo que as redes de comunicação têm ocupado um espaço fundamental na ampliação dos recursos materiais e simbólicos dessas mobilizações.

As mulheres da CNMCIQB "BS" consideravam que as armas para reivindicar a liberdade e autonomia dos povos indígenas e camponeses contra a exploração econômica, política e cultural era a maior participação política dentro do próprio sistema governamental (MONTES, 2011.), ao contrário das outras organizações e movimentos mencionados acima, que buscam maneiras epistemológicas de transformar a realidade social autonomamente desde fora.

Outro movimento ideológico de resistência de mulheres indígenas que é um exemplo de autonomia feminina e autogestão é o **Feminismo Comunitário Antipatriarcal** existente na Bolívia, derivado do movimento “Feminismo Comunitário” que surgiu originalmente na Guatemala, propaga uma cosmovisão de interseccionalidade que considera que as mulheres dos povos originários sofrem pelo patriarcado colonial em conjunto com o patriarcado ancestral já existente nas comunidades antes da colonização europeia, que seria de menor intensidade que o colonial, mas que ainda inferioriza o trabalho das mulheres e inferiorizava as que não tinham como projeto de vida o matrimônio e/ou a reprodução. Algumas das líderes que lutam pela liberdade das mulheres originárias são Adriana Guzmán e Jimena Tejerina, essas personagens têm como algumas de suas bandeiras o fim do patriarcado, do racismo e da heterossexualidade compulsória.

As mulheres indígenas que se identificam com essa corrente lutam por uma completa desconstrução das estruturas capitalistas, racistas e patriarcais, e ao contrário de tantas outras organizações, não lutam pela posse de terras, pois não acreditam na propriedade privada patriarcal sobre a terra, o território, os bens naturais, as plantas e os animais, a relação com a Pachamama é de reciprocidade, e não de propriedade. Dessa maneira, as comunidades tratam a Pachamama como uma extensão de seus próprios corpos-territórios, com respeito e cuidado, e que jamais se vende ou compra, limitando apenas com o território da comunidade vizinha. (GARGALLO, Francesca. 2014).

No entanto, surge aí uma problemática relacionada ao uso prático das terras, já que os Estados nacionais não reconhecem essas distintas formas de organização, tornando necessária a posse das terras, assim seja coletiva, em situações de despojo ou invasão dos territórios ancestrais, para que as comunidades possam seguir mantendo essas relações cooperativas com a natureza nos territórios, já que apesar de que os Estados sejam capitalistas e opressores, todas

as relações de dominação ocorridas nos últimos séculos impossibilita as comunidades de se organizarem de maneira completamente autônoma ao restante da sociedade.

Francesca Gargallo, em seu livro “*Feminismos desde Abya Yala: Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en Nuestra América*”, afirma também a importância da autonomia em relação à comunidade:

La autonomía como principio antipatriarcal está enmarcada en el contexto de la anti-jerarquía tanto en el sentido concreto como en el sentido simbólico, ya que autonomía no significa desligarse de los otros y otras, no quiere decir desinteresarse por la comunidad, pero sí constituye un proceso continuo de coherencia consigo misma. (GARGALLO, Francesca. 2014. p. 189)

3.4 Colômbia

Existe também na Colômbia a ***Asociación Nacional de Mujeres Campesinas, Negras e Indígenas de Colombia (ANMUCIC)***, que reúne mulheres através da relação entre gênero, classe social e raça/etnia e busca melhorar a qualidade de vida para as mulheres no âmbito rural, reconhecendo seu trabalho e sua autonomia no campo. A organização possui mais de 30 anos de incidência política e atua principalmente na questão da reparação coletiva por conta da guerra civil no país, sendo parte importante da efetivação do acordo de paz entre as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC) e o governo colombiano, levando as contribuições e as exigências das mulheres rurais para a construção do processo de paz a nível nacional. Além disso, também lutam pelos direitos das mulheres em relação aos territórios e à posse de terras, e pela erradicação da violência contra os corpos-territórios dessas mulheres.

Algumas das leis colombianas que tiveram influência e participação das mulheres da ANMUCIC, entre outras organizações, foram a *Ley 160 de 1994*, por meio da qual se criou o *Sistema Nacional de Reforma Agraria y Desarrollo Rural Campesino* e se estabeleceu um subsídio para a aquisição de terras, além de reformar o *Instituto Colombiano de la Reforma Agraria*, a *Ley 731 de 2002*, que reconheceu as necessidades específicas das mulheres rurais e por isso foi denominada *Ley de mujer rural*, e também criou o *Fondo de Fomento para las Mujeres Rurales (Fommur)* e a *Comisión consultiva de las mujeres indígenas rurales*, também a *Ley de desarrollo rural* e a o *Plan de Desarrollo 2010-2014*, e o *Plan de Desarrollo 2014-2018* (RUEDA, Mariana Tafur. 2015). Esta também é uma organização que busca maior participação política a nível nacional estatal, assim como a CNMCIOB “BS” na Bolívia. Sobre

a estrutura organizativa, Nelly Velandia afirma: “*Estatuariamente tenemos un comité directivo nacional, una presidenta, una secretaria, una tesorera, las vocales y la fiscal. La máxima autoridad es la asamblea general que se compone de una delegada de cada departamental de la organización*”.

A exigência da paz é uma especificidade dos movimentos sociais na Colômbia, já que pelo contexto histórico-político de mais de 50 anos de guerra civil, faz com que uma das principais reivindicações seja a exigência da paz, pois a guerra afeta de maneira mais impiedosa às mulheres campesinas, indígenas e afro-colombianas, já que muitas delas são expulsas de seus territórios e tem suas famílias destroçadas e seus filhos e maridos, que em muitos casos eram os únicos geradores da renda familiar, terminam desaparecidos ou assassinados, colocando em perigo a sobrevivência delas e a reprodução material e imaterial de suas culturas. Nesse caso, existe também uma grande diferença na abordagem à questão racial entre os movimentos do Brasil e da Colômbia, já que o movimentos brasileiros se organizam de maneira mais setORIZADA, dividindo as lutas de acordo com suas características particulares e separando assim os movimentos de mulheres indígenas, camponesas e negras, enquanto podemos observar que dentro do território colombiano essas mulheres se uniram como uma força unitária que inclui diversas minorias políticas em busca, principalmente, da construção da paz.

3.4 Paraguai

Outras organizações atuantes em Abya Yala a níveis nacionais são a ***Coordinadora Nacional de organización de mujeres trabajadoras, rurales e indígenas (CONAMURI)***, que é uma organização paraguaia atuante em 12 departamentos do Paraguai (Itapúa, Central, Concepción, Misiones, Alto Paraná, Guairá, Caazapá, Caaguazú, Canindeyú, San Pedro, Boquerón e Presidente Hayes), que nasceu no ano de 1999 através de uma primeira mobilização no Dia mundial da Mulher Rural, 15 de outubro. A CONAMURI reúne diversas identidades de mulheres da terra a fim de lutar por alternativas à pobreza, discriminação e exclusão por razões de classe, etnia e gênero, pedindo por respeito aos povos indígenas e pela igualdade de direitos entre os gêneros através de 3 eixos de ação: a) Soberania alimentar e direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais; b) Mulheres com igualdade de direitos e uma vida livre de violência; c) Fortalecimento organizativo.

As mulheres da CONAMURI assumiram a importância da influência do MMC e dos setores femininos da CLOC- Vía Campesina - que possui enorme visibilidade a nível internacional - na conformação da organização, servindo de experiência para as mulheres paraguaias em aspectos estratégicos, epistemológicos e organizativos acerca das questões de etnia, gênero e classe social. Uma característica particular do Paraguai e da CONAMURI, é que à todas essas discriminações já mencionadas se soma o preconceito linguístico, pois apesar do país possuir duas línguas oficiais: o espanhol e o guarani, os e as falantes de guarani ainda sofrem inúmeros preconceitos e violências psicológicas e até físicas, principalmente nos grandes centros urbanos (RAMOS, Marco Enrique González. 2018). Apesar do preconceito linguístico, também chamado de glotofobia (o equivalente à xenofobia para a questão da língua) também estar presente nos outros países de Abya Yala, no Paraguai se torna ainda mais forte pela grande presença da língua guarani, se tornando também uma das demandas da CONAMURI o fim da discriminação contra as línguas indígenas no país.

Bartomeu Melià (1997) afirma ainda, que esse é um problema de classes e que os próprios falantes podem reproduzir esses preconceitos, ocorrendo da seguinte maneira entre as pessoas bilíngues:

A. El individuo que se dirige a personas superiores y no solidarias (por ejemplo, cuando habla al maestro o a las autoridades) emplea el español. B. El individuo que se dirige a personas iguales pero no solidarias (por ejemplo, a la novia que está empezando a cortejar) usa el español. C. El individuo que se dirige a personas iguales y solidarias (como son la esposa, los hermanos, un amigo en confianza) usa el guaraní. D. El individuo que se dirige a personas inferiores y solidarias (como son la marchante del mercado, el criado de confianza de la casa, etc.) usa el guaraní. (MELIÀ, Bartomeu. 1997, p. 45)

Por isso, além de existir um bilinguismo assimétrico entre o guarani e o espanhol, privilegiando este último especialmente na educação escolar e na comunicação formal, há também uma invisibilização dos outros idiomas presentes no Paraguai.

3.5 Chile

E outro deles é a *Asociación nacional de mujeres rurales e indígenas (ANAMURI)*, uma associação autônoma de mulheres chilenas fundada em 1998 na cidade de Buin, com o intuito de promover o desenvolvimento das mulheres rurais e indígenas no Chile, estimulando

e fortalecendo a organização entre estes setores sociais considerando os aspectos laborais, econômicos, sociais e culturais, e sustentando ideologias de igualdade entre os seres humanos, segundo as condições de gênero, classe e etnia, e respeito entre as pessoas e a natureza.

A organização também se posiciona contrariamente ao capitalismo, ao extrativismo e ao patriarcado, já que esses são os principais responsáveis pela degradação das condições de vida das mulheres camponesas e indígenas, negando-lhes o direito a viver bem, sendo assim, elas se organizam a partir de diversas linhas de ação, sendo elas: a) Direitos fundamentais como o acesso à terra, água, alimentação saudável e nutritiva, moradia, saúde e trabalho; b) Formação política e histórica; c) Enfoque de gênero, considerando que o trabalho das mulheres frequentemente é invisibilizado ou desvalorizado.

A ANAMURI defende a internacionalização da participação dos movimentos de mulheres, entendendo que dessa maneira será mais fácil alcançar os objetivos de transformação social, contando com o apoio de uma rede articulada entre organizações com semelhantes reivindicações a nível nacional e internacional, gerando um maior impacto com a participação em agendas globais, que possa culminar em mudanças também a nível nacional, dando preferência para organizações e discursos ideológicos da própria Abya Yala (América Latina), em vez de privilegiar articulações Norte-Sul, como era de costume anteriormente, de modo que o norte sempre acabava impondo suas cosmovisões ao sul (MAHAN, Jessica. 2011).

Algumas das estratégias defendidas são a de participação nas redes, o reconhecimento, a cooperação internacional e a participação em eventos e agendas internacionais (Mantilla, 2010, apud MAHAN, 2011). A ANAMURI, assim, participa ativamente da *Articulación de Mujeres del Campo de América Latina y el Caribe de la CLOC- Via Campesina*, e dessa forma têm conseguido garantir alguns direitos para as mulheres indígenas e camponesas no Chile. As mulheres indígenas brasileiras também têm optado ultimamente por essa mesma estratégia, ao realizar encontros como a “Jornada Sangue Indígena: nenhuma gota a mais”, evento realizado em conjunto com os homens indígenas em reconhecimento à luta indígena e combate ao genocídio, e consistiu em mobilizações por 12 países da Europa, 18 cidades em 35 dias, e também a participação na COP 25 (a Conferência das Partes é o órgão de decisão suprema da Convenção Marco das Nações Unidas sobre mudanças climáticas), onde expuseram suas pautas e reivindicações internacionalmente.

Dessa maneira, nota-se que existem dissonâncias e concordâncias em alguns aspectos entre os movimentos, sendo que os movimentos do Brasil, talvez por conta de seu território tão extenso e sua enorme diversidade cultural e até mesmo linguística, procura setorizar suas organizações por uma necessidade de que os(as) pertencentes se identifiquem entre si, e que

possuam de fato necessidades e ideologias comuns, se unindo a mobilizações nacionais quando buscam visibilidade e apoio da sociedade civil nacional e internacional. Enquanto isso, os movimentos e as organizações mencionadas do México, Colômbia, Bolívia, Paraguai e Chile objetivam associar mulheres de diversas raças/etnias, classes e contextos sociais (no caso do EZLN observa-se a junção de mulheres de diversos povos porém todos com ascendência maia) a fim de conseguir uma maior unidade política que consiga pressionar o governo e lograr assim autonomia e soberania política sobre seus corpos-territórios.

4. Capítulo III: As diversidades de relações entre as mulheres e a terra através de perspectivas pessoais

Neste capítulo analisarei 12 entrevistas de mulheres da terra de distintos países de Abya Yala, a fim de compreender as diversidades de relações das mulheres com a terra e o território, as problemáticas e os conflitos que lhes são impostos, as maneiras como elas resistem a essas opressões e como se identificam com o sentimento de pertencimento à terra, além de propor soluções práticas para esses empasses através das autonomias femininas individuais e coletivas presentes em seus discursos e práticas. A metodologia utilizada é a de etnografia multissituada (FRAILE, Sandra Santos; GUIJARRO, Ester Massó. 2017), que reflete a necessidade antropológica de analisar realidades diversas porém inter-relacionadas na atualidade, - especialmente em tempos de pandemia - reservando um lugar de destaque para as memórias e os afetos compartilhados nas redes.

Por motivos de organização, pretendo primeiramente apresentar as entrevistadas a partir de uma breve descrição pessoal e profissional, e posteriormente expor as entrevistas ao mesmo tempo que utilizo fragmentos bibliográficos que permitam a elaboração de uma análise rica ao longo dos próximos capítulos.

1. Jozileia Kaingang: É uma mulher indígena pertencente ao povo Kaingang, do Rio Grande do Sul, mestra e doutoranda em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Coordenadora Pedagógica da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC;
2. Julie Dorrico: Pertencente ao povo Macuxi, de Roraima, e doutoranda em Teoria da Literatura no Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), pesquisadora da área de Literatura Indígena;

3. Valdelice Veron: Liderança Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul, filha do líder assassinado Marcos Veron;
4. Adriana Guzmán: Quechua/Aymará, pedagoga, residente em La Paz (Bolívia), co-fundadora da organização Feminismo comunitário Antipatriarcal;
5. Viviam Camacho: Médica e parteira Quechua, residente em Cochabamba (Bolívia);
6. Jimena Tejerina: Quechua/Aymará, pedagoga, residente em Potosí (Bolívia);
7. Fabiana Peneireiro: Agrofloreitora e pesquisadora, agrônoma, mestre em Ciências agrofloreitais, co-fundadora da ONG “Mutirão Agrofloreital” e da Escola da Floresta, no Acre, residente na ecovila Aldeia do Altiplano, em Brasília;
8. Denise Amador: Agrofloreitora, bióloga, ecóloga, mestre em Ciências agrofloreitais, docente na Faculdade de Agronomia Dr. Francisco Maeda, co-fundadora da ONG “Mutirão Agrofloreital” e do projeto “Arte na terra”, mora atualmente na Fazenda São Luís, em São Joaquim da Barra (SP);
9. Alix Morales Marín: Campesina do departamento do Cauca (Colômbia), coordenadora do Grupo de mulheres da *Asociación Campesina de Inzá Tierradentro*;
10. Bernarda Pessoa: líder comunitária do povo Qom, localizado no Baixo Chaco paraguaio, secretaria geral da CONAMURI;
11. Francisca Rodríguez, campesina chilena, atual presidenta da ANAMURI e pertencente também à CLOC- Vía Campesina do Chile;
12. Flor: Coordenadora do Conselho Autônomo do Caracol OVENTIC do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

Algumas dessas entrevistas foram realizadas por mim de maneira virtual por conta da distância e da impossibilidade de viajar durante a pandemia de COVID-19, enquanto outras foram encontradas através de textos, livros e vídeos disponibilizados na internet, e algumas das entrevistadas são participantes dos movimentos mencionados no capítulo anterior e outras não, no entanto, não deixam de ter cosmovisões e cosmopráticas semelhantes.

4.1 Conexões com a terra e as sementes

Para todas essas mulheres da terra, a conexão com a terra/território e com a terra/solo é muito importante, seja pelo apego identitário histórico-cultural ou pelo fornecimento de alimentos e remédios vivos que garantem a sobrevivência de todos os seres vivos. Segundo Alix Morales:

Lo común entre nosotras, yo creo que es la identidad campesina, el apego a la tierra, lo que nos acerca a la tierra, lo que nos acerca a las semillas, lo que nos mantiene unidas creo que también es el compartir, pero el compartir los alimentos, y cuando se comparte los alimentos también se comparte la cultura campesina, los saberes, las semillas y las formas de producción. (MORALES, Alix, 2020, informação verbal⁵)

Existem, no entanto, algumas diferenças em relação a quais são essas conexões, de acordo com a identidade sociocultural ou local dessas mulheres, mas não destoando muito das principais cosmovisões mencionadas por elas. Para a agrofloreitora Fabiana Peneireiro, por exemplo:

O poder da agrofloreita é a oportunidade da gente realizar o nosso papel no mundo né, a gente dialoga com as plantas, quando a gente vai podar uma planta a gente se abre para ouvir as informações que ela nos mostra né, e a natureza mostra pra a gente essa cooperação, e a gente também tem que trazer isso pra nossa realidade humana né, na nossa sociedade, a cooperação e essa integração entre o ser humano e a natureza, que é a nossa casa, que é a nossa mãe. Então, assim, pra mim é muito reconfortante poder tá no dia a dia nessa lida, transformando esse ambiente e podendo dizer né, a gente pode deixar um saldo positivo da nossa passagem pelo planeta, ninguém veio aqui só a passeio sabe, meu, é tão rico tudo isso, sabe, o que que a gente pode fazer algo de bom, algo de bem né, deixar esse lugar melhor do que ele estava quando a gente chegou. Então eu acho isso muito bacana, e acho que todo mundo né, pode colaborar nesse aspecto. (PENEIREIRO, Fabiana, 2020)

Ela afirma também que a função do ser humano na natureza é de gerar mais vida e aprender com os nossos semelhantes, vivendo no planeta de forma integrada e conectada com os outros seres. Da mesma maneira, Denise Amador - conhecida como Potô - também agrofloreitora, fala sobre a importância de se sentir um ser querido no ambiente, afirmando que para ela o retorno da vida urbana à vida rural é uma espécie de elo perdido dos seres humanos, “que buscam nas drogas, igrejas, mas está na floresta”.

Segundo Joziléia, do povo indígena Kaingang:

Eu acho que as mulheres indígenas têm essa conexão com o território por saber que a terra é mãe, não existe povos indígenas sem território, então hoje a gente luta para que os nossos direitos, a garantia de continuar existindo enquanto um povo indígena, esteja realmente assegurada, e pra isso nós precisamos lutar por território. (SCHILD, Joziléia Daniza Jago Inacio Jacodsen, 2020, informação verbal⁶)

⁵ Informação verbal concedida por meio de entrevista virtual realizada por mim em 14/08/2020.

⁶ Informação verbal concedida por meio de entrevista virtual realizada por mim em 04/05/2020.

A menção à terra/território como a simbologia de uma mãe aparece diversas vezes durante as entrevistas, e é um aspecto em comum entre mulheres camponesas, indígenas e agroflorestoras de diversos países de Abya Yala. Na maioria das vezes essa terminologia aparece relacionada às mulheres por conta da fertilidade, da reprodução e do cuidado em comum, tornando a mulher tão sagrada quanto a terra. Da mesma maneira também afirma Flor (2018): *“La tierra para nosotras [...] es nuestra madre porque de ahí nacimos, crecimos y moriremos en ella así, porque es la que nos da vida, de ahí producimos nuestra alimentación, y para nosotras es sagrada la tierra”*.

Segundo Julie Dorrico (Povo Macuxi):

Também passa pela questão de que a palavra da mulher é sagrada, a palavra da mulher, ela tá associada à terra né, a esse sagrado feminino, então essa valorização é super necessária, super importante, mas cada demanda né, cada demanda vai depender de cada contexto específico. (DORRICO, Julie, 2020, informação verbal⁷)

Principalmente para as mulheres indígenas, o território é sagrado e deve ser cuidado e protegido, assim como a vida e a palavra das mulheres devem ser respeitadas como dotadas de grande sabedoria. Para a indígena Guarani-Kaiowá, Xamirinhupoty (Valdelice Veron):

Reserva Indígena e Terra Indígena é bem diferente, Reserva Indígena é onde o povo é jogado pelo governo para confinamento. Para mim o significado da reserva Indígena é uma verdadeira área de abate. E a Terra Indígena, essa é nossa terra sagrada, terra que foi dos nossos ancestrais. Terra Indígena e sagrada onde tem nossa memória, nossa história, por isso que sempre voltamos pra retomar. (VERON, Valdelice, 2020)

Para Francisca Rodríguez, também conhecida como Pancha ou Panchita (2019), a semente também une as mulheres à terra, pois significa a geração de uma nova vida e é por isso que está tão ligada às mulheres, as sementes são alimento, medicina, espiritualidade e também rito, purificam o ar e complexificam a paisagem gerando assim mais vida e mais biodiversidade num determinado ambiente. Na perspectiva de Alix Morales (2020), a conexão entre a terra e as mulheres também passa pela fertilidade e pela produção de alimentos:

Las mujeres, directamente, el hecho de la maternidad, el hecho de parir, de parir la humanidad pero también de parir el alimento, de parir los conocimientos, de parir los elementos básicos para sostener a la humanidad, creo que eso nos hace comunes a las mujeres y a la tierra, y nos une a ella el hecho de nacer allí, de poder sembrar a veces nuestro ombligo en un lugar y en un territorio donde posiblemente podamos vivir el resto de la vida, y si no podemos vivir, donde podamos generar vida para otras personas de nuestra familia o de nuestra misma clase social, y creo que esta es la relación más cercana que podemos tener. (MORALES, Alix, 2020, informação verbal⁸)

⁷ Informação verbal concedida por meio de entrevista virtual realizada por mim em 02/06/2020.

⁸ Informação verbal concedida por meio de entrevista virtual realizada por mim em 14/08/2020.

Fica evidente através da análise das entrevistas a importância do conceito de “Mãe terra” nas relações entre as mulheres e a terra, aparecendo como a figura da cuidadora e provedora de alimentos e condições de subsistência para os povos e comunidades, assim como também se mostra uma forte ligação das mulheres com as sementes e a produção de alimentos. A cartilha “Feminismo camponês e popular”, produzida pela Associação nacional das mulheres camponesas (2018) se refere às mulheres do campo como guardiãs ancestrais das sementes nativas: “Temos trabalhado com a preservação de sementes crioulas desde muito tempo, foram as camponesas que, muitas vezes, enfrentando os maridos e os técnicos da extensão rural escondiam as sementes que hoje podemos resgatar.”

O fragmento abaixo da Declaração de Yakarta citado por Claudia Korol (2016), na qual se pronunciaram as mulheres da CLOC - Via Campesina, também evidencia o autoreconhecimento e empoderamento das mulheres da terra sobre as agrosabedorias ancestrais acumuladas ao longo de milhares de anos por elas, e a busca por tornar público este fato:

Nuestra lucha y acción por la Soberanía Alimentaria nos ha brindado a las mujeres la oportunidad de hacer visible nuestra participación histórica en el desarrollo de los sistemas alimentarios en el mundo y el papel que hemos jugado desde la invención de la agricultura, en la recolección y propagación de las semillas, en la protección y resguardo de la biodiversidad y de los recursos genéticos, situándonos a la vez como uno de los principales pilares afectivo, ético y social. (Declaración de Yakarta, CLOC - Via Campesina apud KOROL, Claudia., 2016, p. 154)

Isabela Noronha (2018) também afirma com base nos escritos de Siliprandi (2015), Pacheco (2002) e Shiva (2004) que as mulheres camponesas adquiriram inúmeros saberes historicamente sobre a preservação das sementes, assim como da biodiversidade agroalimentar e outros bens naturais, que hoje são chamados agroecológicos, mas que o próprio conceito de agroecologia se origina da recompilação dos saberes populares dos povos - e principalmente das mulheres - indígenas e tradicionais.

4.2 Protagonismo feminino na produção de alimentos

Outro aspecto importante é a questão do protagonismo feminino na produção de alimentos, que é reconhecido por muitas dessas mulheres, desde o surgimento da agricultura e da divisão sexual do trabalho até os dias atuais, em que as mulheres, muitas vezes são quem produzem as hortaliças e frutíferas em suas hortas ou quintais e jardins produtivos, essa conexão ancestral existente entre as mulheres e a terra, e as mulheres e as sementes fica

explícita nos discursos de Denise Amador (2020), Fabiana Peneireiro (2020) e Francisca Rodríguez (2019). Para Panchita:

Tenemos que llegar a la historia de la agricultura, de los saberes y haceres de las mujeres de los pueblos del campo, es una bella historia, sin duda, pero también dolorosa a la vez. La agricultura comenzó, según los estudiosos, hace unos 10 mil a 20 mil años, y fuimos nosotras, las mujeres, las que en esa... en ese sentimiento, en esa cosa innata que hay en nosotras de observancia, que nos une a la vida, porque desde que... desde que parimos estamos mirando, observando como vienen nuestros hijos, cómo está esa hija que viene al mundo. Lo mismo pasa, esa es nuestra relación con las semillas, son nuestras hijas, y en esa observancia las mujeres descubrieron la germinación de las semillas. (RODRÍGUEZ, Francisca. 2019)

Fabiana (2020) afirma que “A agricultura é uma atividade eminentemente feminina, as mulheres começaram com essa história de plantar, sabe”, enquanto Denise (2020) ressalta a necessidade de: “Valorizar o protagonismo feminino também porque a agricultura sempre foi também historicamente uma atividade muito das mulheres, né”. Dessa maneira, podemos perceber que esse é um aspecto importante para as mulheres da terra, que permite a elas manter essa ligação com a terra existente há milhares de anos, e orgulhar-se de haver desenvolvido essa atividade de produção de alimentos tão essencial para a sobrevivência humana e manter essas agrosabedorias até os dias de hoje.

No entanto, em alguns casos existe ainda uma diferenciação entre o trabalho feminino com relação ao trabalho masculino, como afirma Alix:

Las mujeres trabajamos mucho en el cuidado... en el trabajo de cuidado, la economía del cuidado en la casa pero esa distribución del trabajo en las parcelas o en las fincas tiene que ver con, sobretudo las mujeres trabajamos la parte de las huertas y las parcelas para la producción de alimentos y los hombres trabajan en la producción de café o de panela, o de pitaya o otras frutas, que son las que se comercializan para conseguir el dinero para las cosas a parte de la alimentación. (MORALES, Alix, 2020, informação verbal⁹)

E em outras situações, como entre os integrantes do EZLN, o trabalho é dividido de maneira igualitária entre os gêneros, como podemos ver a seguir no depoimento da companheira zapatista Flor (2018): “*Nosotras como mujeres trabajamos también en la siembra de milpa, apoyamos también junto con los compañeros, como zapatistas trabajamos también, este... sembramos calabaza, frijol, este chícharo, habas, y también las hortalizas.*”

Apesar disso, em algumas situações onde ocorrem divisões sexuais do trabalho da terra, as mulheres são as principais responsáveis pela produção de alimentos para a família e para a comunidade, enquanto os homens são responsabilizados pela produção destinada à

⁹ Informação verbal concedida por meio de entrevista virtual realizada por mim em 14/08/2020.

comercialização e obtenção de recursos financeiros para outros fins, como pode-se observar na fala da Alix Morales.

A soberania alimentar, como uma das pautas principais de diversos dos movimentos sociais e organizações citados no capítulo anterior, é uma emergência em toda a região de Abya Yala, principalmente considerando a quantidade de lares encabeçados por mulheres responsáveis pela alimentação delas e de seus(as) filhos(as) e familiares e a quantidade de mulheres em idade reprodutiva, grávidas ou lactantes em situação de desnutrição (como já mencionado anteriormente). Para as mulheres da ANAMURI, a soberania alimentar se articula também com a luta pela soberania territorial, energética, da saúde e da biodiversidade, visão que é compartilhada pelo MMC, entre outros movimentos. As mulheres do MMC afirmam que para que possa haver soberania alimentar é necessária uma mudança radical dos modos de produção e se posicionam contrariamente ao modelo exploratório do agronegócio:

O agronegócio se caracteriza por uma exploração agrícola e pecuária voltada para o lucro, em que a natureza e as pessoas são apenas meio de ganhar mais dinheiro. Ele é responsável hoje pelo alto consumo de venenos na agricultura e tem tomado terras camponesas e tradicionais por todo o país. Esse modelo não é voltado à produção de alimentos, assim perde-se soberania alimentar, recebe um grande volume de investimentos públicos, sendo responsáveis pela utilização de mais de 60% do volume de recursos públicos da agricultura e pecuária no Brasil, sem falar em suas isenções de impostos, pois não pagam imposto sobre os lucros de exportação e nem do veneno que coloca na natureza. (Associação nacional das mulheres camponesas. 2018. p. 23)

A relação das mulheres com a produção alimentar destacada por elas, vem desde a divisão sexual do trabalho (YAYO HERRERO, 2016), (MARIA MIES, 2016) e se tornou uma atividade fundamentalmente feminina na sociedade ocidental, porém, enquanto algumas mulheres, principalmente urbanas, podem ver a tarefa da preparação da comida como impositiva ou desagradável, outras encontram na cozinha um lugar de poder e reconhecimento, como afirma Francisca Rodríguez em uma entrevista citada por Claudia Korol (2016):

Lo que para las mujeres de la ciudad podría parecer una carga, para nosotras es un espacio de poder. La cocina para nosotras tiene un significado distinto que para las mujeres de la ciudad. Es el espacio de trasvasije de cultura y enseñanza a las nuevas generaciones, la comida es más reposada, se hace en torno al calor, al fuego, a las semillas, al almacenaje del alimento, a procesos de transformación que son más colectivos, porque el olor y el sabor convocan. En el campo, el espacio principal de la casa está en la cocina". (Francisca Rodríguez apud KOROL, Claudia. 2016. p. 151 - 152.)

Dominar os saberes e fazeres da culinária é também uma ferramenta de poder e de transformação resultante do compartilhamento ou do resgate dessas práticas ancestrais relacionadas a um sistema de valores, de recordações, de reconhecimentos e de pertencas a determinados contextos socioculturais. As habilidades culinárias permitem às mulheres

satisfazer as necessidades fisiológicas, sociais e culturais de suas famílias e comunidades, tornando a cozinha um espaço de agência feminina (individual e coletiva, na medida em que muitas vezes o preparo do alimento é um ato coletivo de cumplicidade, afeto e trocas, cumprindo um papel terapêutico para as mulheres) em relação a que alimentos serão consumidos e de que maneira serão preparados, colocando-as em lugares de responsabilidade e de poder sobre a segurança e a soberania alimentar local. (FERREIRA; WAYNE. 2018)

Por isso, apesar da ambiguidade de sentimentos que surgem ao estar no ambiente da cozinha, entre eles o entendimento da cozinha como uma ferramenta de opressão patriarcal e domesticação das mulheres, as mulheres têm ressignificado esse espaço para torná-lo uma ferramenta de poder e de resgate dos saberes ancestrais transmitidos pelas mães e avós através de milênios, que permite transformar a auto-estima e confiança delas e também as estruturas familiares e consequentemente de toda a sociedade, essa ferramenta permite às mulheres o poder de curar e de enfermar, de mexer com os afetos individuais relacionados à comida e de enfrentar a fome e a miséria de maneira revolucionária através da utilização de plantas alimentícias não convencionais (PANCs), da alimentação caseira vinda de seus jardins e quintais produtivos e a sábia utilização de frutas, vegetais e verduras da época, que permite uma alimentação mais saudável, mais barata e que respeita os ciclos da natureza.

4.3 Problemáticas e violências relacionadas à terra

Uma das maiores dificuldades de se trabalhar a terra e produzir alimentos e medicinas vivas em comum em toda Abya Yala é a problemática do acesso à terra, que é impossibilitado aos seus ocupantes originários (povos indígenas e camponeses), restringindo a propriedade de terras aos grandes latifundiários e extrativistas do agronegócio, como já mencionado anteriormente. No discurso de Alix Morales (2020) fica clara a importância da terra e da soberania territorial para a produção alimentar, tornando impossível a separação entre a conexão com a terra para a reprodução material e imaterial (cultural) dos povos:

La tierra es el elemento más importante del campesinado para poder sobrevivir y para poder pervivir en los territorios pero además para poder garantizar alimentos, para poder garantizar el... sostener la cultura y los saberes tradicionales campesinos a través de la historia se hace necesaria la tierra, la tierra para vivir, la tierra para

producir, la tierra para trabajar, la tierra para nacer y para morir. (MORALES, Alix, 2020, informação verbal¹⁰)

Bernarda Pesoa (2020), líder indígena do povo Qom (Paraguai) e integrante da CONAMURI aponta o perigo constante da desflorestação das matas nativas para plantação de monoculturas de eucalipto no Chaco paraguaio, destruindo o ecossistema e causando enormes desequilíbrios ambientais, entre eles a seca, que prejudica especialmente aos povos indígenas moradores da região, ela como mulher e líder indígena se posiciona em defesa da terra, do meio ambiente, da água e da alimentação sã. Além disso, o desflorestamento em busca de áreas de pasto para a pecuária nessa região possui um dos índices mais alto do planeta e o segundo maior da região, com 6.033.095 hectares de cobertura vegetal perdidos entre 2001 e 2019, índice superado entre os países do continente somente pelo Brasil, com 56 milhões de hectares desflorestadas no mesmo período. Os dados afirmam ainda que 93% desse total se deu por conta da produção de carne bovina, soja, madeira e *marihuana* e que 78% da desflorestação no ano de 2019 ocorreu na região do Chaco paraguaio, somando 244.324 hectares destruídos¹¹.

Em consonância com esse discurso, Potô (2020) afirma claramente que o inimigo da natureza e do equilíbrio entre os seres vivos é o agronegócio e as grandes corporações. Panchita (2020), no Chile, também se posiciona contrariamente ao agronegócio:

Sin embargo, en la actualidad sufrimos efectos de décadas de agresiones contra las formas de vida de las agriculturas que han alimentado la humanidad, que han alimentado nuestros pueblos. El agronegocio, como lo han señalado las compañeras, ha convertido la agricultura y la alimentación en uno de sus mayores negocios. (RODRÍGUEZ, Francisca, 2020)

As mulheres indígenas no Brasil também denunciam o impedimento de aceder aos territórios ancestrais por parte do estado e dos latifundiários, madeireiros, garimpeiros, grileiros, entre outros, - que possuem os mesmos objetivos e muitas vezes são representados pelos mesmos indivíduos - e que as mulheres acabam sendo as maiores defensoras dos territórios, pensando no futuro coletivo de seus filhos, netos e da comunidade em geral.

O que eu observo também é que nós, mulheres indígenas, temos feito uma incidência sobre o território, sobre a luta pelo território, que é no sentido de proteger, resguardar o território onde a gente vive, onde a gente vai criar os nossos filhos, onde a gente vai, bom, ter a vida contínua do nosso povo garantida, então, por isso que a gente fala que o território é “Território, nosso corpo, nosso espírito”, porque nós estamos diretamente conectadas ao território, então, existe uma preocupação das mulheres indígenas de que o território esteja, além de garantido, protegido, né, que o território

¹⁰ Informação verbal concedida por meio de entrevista virtual realizada por mim em 14/08/2020.

¹¹ Informação disponível em:

<<https://www.lanacion.com.py/pais/2020/06/15/paraguay-es-el-segundo-pais-mas-deforestador-de-sudamerica/>>
Acesso em: 28/11/2020.

esteja sem a intervenção do capital né, que é essa retirada, tanto por conta da mineração, quanto dos madeireiros, enfim, de tá a todo momento devastando os nossos territórios. (SCHILD, Joziléia Daniza Jagso Inacio Jacodsen, 2020, informação verbal¹²)

Do mesmo modo, as zapatistas sofrem com a intervenção violenta do governo nos territórios autônomos, na tentativa de expulsar os povos originários de suas terras ancestrais:

El gobierno busca formas para despojarnos de nuestras tierras pero nosotras, este... la defendemos, pues no vamos a permitir, porque es nuestro... es nuestra la tierra porque en ella trabajamos, y como ya dije es como nuestra... es nuestra madre la tierra, porque ahí se produce nuestro frijol, nuestro maíz, y todo lo que consumimos para sobrevivir, para mantenernos. (Flor, 2018)

Já na Colômbia, a camponesa Alix (2020) recorda que uma grande problemática é a questão do conflito civil armado e que as mulheres do campo são as maiores afetadas, destacando a importância do coletivo e do apoio das outras mulheres para lidar com essa situação, através de grupos de debate onde podem falar sobre seus sentimentos e também sobre suas necessidades econômicas, muitas vezes incentivando um maior empoderamento individual e político. Apesar disso, ela também afirma que, assim como nas outras regiões do continente, existe uma grande dificuldade de acesso a terra para os camponeses e as camponesas, e que o estado nacional não reconhece seus direitos ancestrais sobre os territórios:

En Colombia la mayor dificultad de trabajar la tierra es que no la tenemos, o sea que tenemos espacios muy pequeños para poder vivir y para poder sostener a las familias, o sea, acá no tenemos acceso a la tierra, las mujeres no somos propietarias de las tierras, ni los mismos hombres porque acá hay una desigualdad supremamente grande en el tema de la propiedad de la tierra. Entonces la primer dificultad grande es que no tenemos acceso a la tierra, la segunda dificultad grande es que el estado colombiano no ha reconocido políticamente a los campesinos entonces no tenemos ni subsidios ni ayudas para la producción, ni ayudas para los servicios básicos de la vida familiar, o sea no hay educación para todos campesinos y campesinas, ni a la salud, ni vivienda, ni empleo, ni subsidios para la producción. (MORALES, Alix, 2020, informação verbal¹³)

Pode-se observar assim, as intensas similaridades entre as relações e as problemáticas que possuem essas mulheres em relação à terra, de modo que as maiores dificuldades estão relacionadas com o acesso à terra/território, em constante disputa com os governos nacionais e com os grandes latifundiários e extrativistas, à insegurança alimentar e à destruição da natureza, ideologia incompatível com as cosmovisões e cosmopráticas expressas pelas agrosabedorias dessas mulheres. Yayo Herrero (2016) afirma que a sociedade ocidental acredita poder viver independentemente da natureza, da mesma maneira que os homens acreditam serem independentes do trabalho realizado pelas mulheres, que é invisibilizado,

¹² Informação verbal concedida por meio de entrevista virtual realizada por mim em 04/05/2020.

¹³ Informação verbal concedida por meio de entrevista virtual realizada por mim em 14/08/2020.

subordinando a terra e as mulheres ao domínio do homem, e evidencia a necessidade de um diálogo entre a economia ecológica com a economia feminista:

El que los seres humanos puedan vivir "emancipados" de la naturaleza, de su propio cuerpo o de las relaciones con el resto de las personas no es más que una ficción cultural. Son las mujeres, los bienes y ciclos naturales, otros territorios y otros pueblos quienes mantienen y soportan las consecuencias ecológicas, sociales y cotidianas de esta supuesta vida independiente. (HERRERO, Yayo. 2016, p. 150)

Por último, os Estados nacionais acabam por sempre querer colonizar e tomar as terras pertencentes aos povos originários e camponeses, assumindo uma postura homogeneizadora, com a intenção de eliminar as diferentes identidades e culturas existentes dentro dos territórios nacionais, que podem significar ameaça à soberania nacional. Além disso, o ambiente rural, dentro da dicotomia moderno/não moderno ainda é visto como atrasado em relação à área urbana, como se essa última fosse a única evolução possível para os povos camponeses, que seriam incorporados inevitavelmente para dentro da urbanização e da ‘modernização’. No entanto, essa é também uma das lutas das mulheres da terra, que se afirmam enquanto rurais e diversas, negando a homogeneidade sugerida pelos estados nacionais, e negando também as dicotomias entre moderno/não moderno e urbano/rural propostas pelas ideologias coloniais.

5. Capítulo IV: O direito a viver ‘sanamente’

5.1 Descolonização da saúde

Neste capítulo serão expostas e debatidas algumas soluções e estratégias organizativas para a luta de enfrentamento contra os inimigos em comum propostas pelas mulheres da terra, que são especialmente o agronegócio, os governos nacionais, o patriarcado e o capitalismo. Para as feministas comunitárias antipatriarcais, por exemplo, é de extrema importância a utilização das plantas medicinais e métodos ancestrais para o tratamento e a manutenção da saúde dos povos camponeses e originários, em vez de um acatamento passivo e compulsório à todas as prescrições da medicina ocidental, tornando possível uma saúde decolonial.

Segundo a médica e parteira tradicional quechua Vivian Camacho (2020), a medicina ancestral é uma ferramenta de resistência cultural, antiimperialista e descolonizadora que enfrenta diretamente a colonização da saúde e a imposição de um ideal de saúde monocultural, ou seja, uma monosaúde, em contraposição ao diálogo intercultural entre saberes necessário,

ela afirma ainda que a saúde só pode ser alcançada por uma medicina emocional, que trata além do corpo físico, mas também o estado anímico do indivíduo, sendo assim necessário: “*Mirar con los ojos de la mente y del corazón*”, já que o carinho e o respeito são partes da humanização da saúde, também considera que a construção social da saúde na sociedade atual passa principalmente pelos conceitos de hospital, medicamento e farmácia, sem considerar que para viver bem é preciso se viver sem violência e opressões, com água, ar e comida limpas e ‘sanas’.

Jimena Tejerina (2020) reitera que a medicina ocidental atua em função dos sistemas capitalista e patriarcal, roubando os conhecimentos milenares das mulheres sobre seus corpos e sua autonomia na busca da cura e da saúde, além disso, relembra que a medicina euro-ocidental existe graças à memória e aos conhecimentos ancestrais dos povos originários sobre as plantas e que por isso não deve existir uma inimizade entre os dois sistemas de saúde, mas uma complementaridade, para ela nosso corpo possui uma imensa sabedoria que se manifesta através de desejos por alimentos ou incômodos e dores físicas, expressando o que realmente necessitamos em determinado momento e por isso, é de vital importância que cada uma tenha um conhecimento total de seu próprio corpo.

5.2 Segurança e soberania alimentar

Outra pauta importantíssima destacada pelas mulheres é a segurança e soberania alimentar, que de formas diferentes porém complementares, permitem a autonomia das mulheres em relação ao mercado capitalista e à falta de diversidade presente nos supermercados dos ambientes urbanos. Panchita reafirma a importância da diversidade alimentar produzida através da diversidade cultural, à qual ela dá o nome de diversidade de “agroculturas”:

Nosotras hemos logrado reconocernos y valorizarnos en todas las dimensiones del rol que significa nuestro protagonismo y el desarrollo de nuestras agroculturas, porque no es solo una agricultura, son diversas, de acuerdo a los países, de acuerdo a los pueblos, de acuerdo a la identidad de los pueblos originarios, de las mujeres campesinas, o las mujeres recolectoras, o las artesanas, o las cultoras, las artistas, las poetas, ¿no? que también han estado presente en este conversatorio. Lo importante es que todas juntas luchamos por la soberanía alimentaria con justicia de género, y desde ahí propiciamos una lucha por abrir espacio a la construcción de una nueva sociedad, que haciendo frente a las desigualdades de género, y de nuestras luchas cotidianas, desde nuestros quehaceres, desde nuestros diversos sectores aportando para la construcción de una nueva sociedad en nuestro continente. (RODRÍGUEZ, Francisca, 2020)

Na fala de Flor (2018) também se relaciona a soberania alimentar ao cuidado da mãe terra quando se posiciona contrariamente ao uso de adubos industriais: *“No sembramos nuestra alimentación con productos químicos pues nos daña el organismo, entonces nosotras estamos tratando de usar este... abonos orgánicos para la recuperación de nuestra madre tierra”*. Refletindo assim uma proposta de transformação da agricultura convencional marcada pelo uso de diversos compostos químicos que prejudicam a biodiversidade e a saúde humana e dos outros animais, além de afetar negativamente todo o ecossistema, incluindo a água, o ar e o solo para um modelo baseado na adubação orgânica, que alimenta e permite a recuperação da mãe terra.

5.3 Trabalho e coletividade

A agrofloreitora Fabiana Peneireiro (2020) também destaca a importância da autonomia na alimentação e a necessidade de se reforçar os quintais produtivos e a agricultura urbana, além de reforçar a necessidade do consumidor e da consumidora tomarem consciência de suas escolhas alimentares, refletindo e agindo sobre o impacto que deseja causar no meio ambiente através do tipo de alimento que vai consumir e do tipo de produção que estará financiando, ela propõe o apoio aos sistemas de CSA (Comunidade que sustenta a agricultura), que configuram grupos de consumidores de financiam as atividades de produção agroecológica ou agroflorestal de pequenos produtores (as) e recebem semanalmente ou mensalmente cestas de produtos orgânicos da melhor qualidade possível, assim o(a) agricultor(a) pode produzir com a segurança de que não haverá desperdício ou perdas econômicas referentes às colheitas.

Igualmente, Potô (2020) afirma que: “A agrofloresta traz assim, muitas chaves, em todos os campos, então é o da alimentação, da educação, da medicina né, na união das pessoas e tal”, refletindo sua cosmovisão de que os sistemas agroflorestais representam muito mais do que somente um sistema de produção, mas está aliada principalmente às diretrizes agroecológicas de cura do planeta terra e da busca pela transformação e justiça social focada na distribuição de terras.

Sobre a questão social, as agrofloreitoras da RAMA utilizam a metodologia de mutirões para a implementação e o manejo dos SAFs, mas também para dar e receber apoio juntamente às outras mulheres que possuem cosmovisões similares e desejam participar dessa irmandade que se transforma em uma verdadeira família, estes espaços também comportam

rodas de conversas sobre diversos temas que permeiam o ser mulher e o ser agrofloreitora, tornando o trabalho da terra prazeroso e gratificante, em vez de um fardo. Potô (2020) destaca a necessidade de um “resgate do sentimento de tribo”, onde o coletivo possui uma força que permite o acolhimento e empoderamento das integrantes.

Paralelamente, Alix Morales (2020) também afirma a importância da existência dos coletivos de mulheres, contando que dentro do grupo de mulheres da *Asociación Campesina de Inzá Tierradentro* são fundamentais os espaços de debate e apoio entre as mulheres, onde podem compartilhar suas alegrias e suas dores referentes às diversas problemáticas presentes em seus cotidianos, e também as estratégias de empréstimos rotativos entre as mulheres para que retomem suas vidas mediante às consequências do conflito armado, reafirmando o sentido da coletividade. Ela diz que: “*Las mujeres hemos sido víctimas del conflicto armado siempre, y siempre es necesario contar con una amiga o con otras amigas para poder hablar de lo que nos pasa y buscar soluciones entre todas*” (informação verbal¹⁴).

Alix (2020) também afirma, quando questionada sobre como se sentiria em deixar o campo e se mudar para o ambiente urbano caso fosse necessário, que as pessoas no meio rural são mais amistosas: “*Siempre llega alguien a la casa y siempre hay algo para ofrecer, hay veces ofrecemos ya comida preparada pero también podemos ofrecer para llevar plátanos, la yuca, las condimentarias, el remedio, la semilla, la otra plantita para sembrar*” (informação verbal¹⁵).

A importância desse sentimento de coletividade é reforçada pelas companheiras do Feminismo comunitário antipatriarcal, através do discurso de Jimena Tejerina (2020): “*Esa lógica de sentirnos una en la otra como es la comunidad, ¿no? Somos parte del territorio y el territorio es parte de nosotros, y cada una y cada uno que comparte la comunidad es así*”, e também no discurso de Adriana Guzmán, no qual se compreende o sentido de comunidade não apenas relacionado ao território, mas também como uma maneira de relacionar-se com o mundo:

Yo creo en la comunidad como lo plantean las hermanas, la Jime, la Di, desde la memoria, desde la relación, es la comunidad que nosotras también construimos, para nosotras ¿no? Aún que no habitamos el mismo lugar, no estamos ni en la misma casa, ni siquiera en la ciudad ¿no? Desde la comunidad como relación, entre las personas, con la naturaleza, la comunidad como relación con el territorio, la comunidad

¹⁴ Informação verbal concedida por meio de entrevista virtual realizada por mim em 14/08/2020.

¹⁵ Informação verbal concedida por meio de entrevista virtual realizada por mim em 14/08/2020.

como... como relación política frente al sistema ¿no? Entonces, yo creo que así podríamos ir rompiendo las lógicas en las ciudades, de consumo, este... de destrucción de la naturaleza, de consumo de los cuerpos, de los deseos ¿no?
(GUZMÁN, Adriana, 2020)

5.4 A valorização da biodiversidade e da memória biocultural

Além disso, as mulheres agroflorestoras também falam sobre a temática ambiental e sobre a necessidade das pessoas abandonarem a perspectiva antropocentrista para poderem desempenhar, de fato, a função humana na natureza, que seria o desenvolvimento da agricultura como analogia às florestas nativas naturais:

A gente se encontra pertencente a algo maior, então essa perspectiva, primeiro da gente se sentir realmente, descer do pedestal do antropocentrismo e ser um ser tão importante quando todos os outros, e isso já é uma perspectiva de ser, uma postura de ser humano no planeta, maravilhosa, né. O gafanhoto, a formiga né, todo mundo é igualmente importante a mim, então isso já é uma perspectiva assim, que me encanta demais, e aí você ser convidada a participar da sinfonia né, da condução do ambiente, então essa participação é: Puxa, eu sou convidada a participar humildemente.
(AMADOR, Denise, 2020)

Retomo aqui o conceito de memória biocultural de Narciso Barrera-Bassols e Víctor M. Toledo (2015) para relacionar à fala de Vivian Camacho (2020), pertencente ao Feminismo comunitário antipatriarcal:

La diversidad humana es parte de la sobrevivencia para nuestra especie, por ejemplo, cuando hablamos de una monocultura, imagínense un monocultivo de soya gigante, plano, ahí tienes que echar todo tipo de venenos y no crece nada más, envenenas el aire, el agua, la tierra y solo crece el veneno transgénico. Pero en cambio, si vemos una diversificación de cultivos, cultivos asociados de plantas de diferentes especies que se cuidan, que se acompañan, plantas con flores, con tubérculos, que están creciendo juntas, ayudan a los polinizadores, cuidan la tierra, nutren el suelo, se cuidan entre ellas, y lo propio con la diversidad de nuestros conocimientos.
(CAMACHO, Vivian, 2020)

Dessa maneira, fica evidente o reconhecimento da memória biocultural acumulada socialmente e historicamente pelas sociedades, que valoriza a diversidade dos conhecimentos e saberes humanos de acordo com cada cultura, em relação com a diversidade da vida existente

na natureza, que é essencial para a sobrevivência das espécies e do planeta Terra, afirmando que cada particularidade cultural pode se complementar com as outras, cuidando-se entre si para um desenvolvimento coletivo.

5.5 *Un mundo donde quepan muchos mundos*

Panchita afirma que a transformação social deve incluir todos os âmbitos onde existem opressões:

Nuestro reto, que es desde las mujeres del campo, construir, buscar reconocernos, darnos una identidad desde la construcción de un feminismo campesino y popular, porque nosotras entendemos que la lucha por la emancipación de las mujeres tiene que ir a la par con la lucha de poner fin a este neoliberalismo, a este capitalismo, a este patriarcado avasallador, por poner fin a la propiedad privada de los medios de producción, por el derecho a la tierra, para acceder a la tierra como un derecho de hombres y mujeres que vivimos y trabajamos en el campo y producimos los alimentos, ¿no? (RODRÍGUEZ, Francisca, 2019)

De igual maneira, as mulheres zapatistas propõe a construção de uma nova sociedade, um mundo onde caibam todos os mundos, e que se extingam as desigualdades entre gêneros e classes sociais:

Vivamos con tranquilidad, con paz pero como seres humanos, o tanto la sociedad, que los trabajos que hagamos sean por igual, y que la vida que vivamos sea por igual, no que haya unos ricos y otros sean pobres sino que sea diferente, donde no exista en capitalismo, podríamos decir, donde el capitalismo no nos controle, no nos manipule, entonces este... decimos otro mundo porque queremos que sea totalmente diferente la vida a como estamos viviendo ahora, ¿sí? Queremos un cambio diferente acá. (Flor, 2018)

Para César Enrique Pineda Ramírez (2019), ainda, a comunidade é a base da transformação social, partindo da propriedade comunal da terra que permite gradativamente transformar a agricultura individualista em uma agricultura coletiva, assim como é de fundamental importância a autonomia e soberania da comunidade sobre os meios de subsistência (especialmente a terra e os alimentos) e as estruturas políticas comunitárias que permitem negar ao capital, já que a interferência deste ameaça a reprodução física e simbólica dos modos de viver dos povos.

6. Considerações finais

Portanto, as propostas dessas mulheres refletem a necessidade de transformações sociais a níveis estruturais econômicos, sociais, de gênero e de raça, ou seja, em todos os âmbitos onde existem opressões e violências que vêm sendo reproduzidas desde muitos séculos atrás. Para isso, as propostas de alternativas para a construção de uma relação harmônica com a terra e com os outros seres vivos se opõem às ideologias do capitalismo de consumismo, individualismo, destruição, adoecimento, guerra e morte, e se contrapõem a essas ideias através da soberania territorial, alimentar e em saúde.

As principais propostas que eu gostaria de destacar é a desconstrução do patriarcado e das violências e opressões patriarcais e machistas que limitam o desenvolvimento das mulheres e de suas cosmovisões não hegemônicas, além de causar imensos danos físicos e psicológicos a elas, por causa disso as mulheres da terra propõem a transformação das relações estruturais de gênero em conjunto com outros âmbitos para que possam produzir equilíbrio e respeito entre todas as formas de vida presentes na natureza, através de uma divisão justa do trabalho entre os gêneros, da realização de mutirões, da tomada de decisões coletivamente - o chamado “mandar obedecendo” para as zapatistas - do cuidado da terra, da abolição da propriedade privada, entre outros.

Outras alternativas mencionadas pelas mulheres da terra e pelas(os) autoras(es) referenciadas(os) são a preservação e a valorização da memória biocultural, do sentimento de coletividade e comunidade e dos mutirões nas áreas rurais e urbanas, que transforma as relações coloniais impostas em Abya Yala para dividir-nos cada vez mais, através do individualismo, das relações de trabalho exploratórias capitalistas e da valorização única do conhecimento científico em contraste aos saberes ancestrais bioculturais, que se complementam de maneira transdisciplinar.

Compreendo que todas elas estão relacionadas entre si, já que a soberania territorial necessita das ações de reforma agrária ou redistribuição de terras através de ocupações nos campos e nas cidades, o que para uma relação equilibrada e a eliminação das desigualdades sociais, deve vir acompanhado da abolição da propriedade privada e da consideração da terra como uma entidade em vez de um objeto que possa ser possuído, como propõem as mulheres zapatistas, entre outras.

Para alcançar a justiça social e a igualdade política entre os indivíduos de uma comunidade também é preciso abolir as transações capitalistas, tal como propõem também as

mulheres e as organizações mencionadas no decorrer desta tese, de modo que uma das propostas são os CSA's (Comunidades que sustentam a agricultura), que permite segurança e soberania aos(às) agricultores(as) e aos(às) consumidores(as) de tais alimentos e outros bens naturais, além de também possibilitar a sobrevivência das “agroculturas”, como nomeou Francisca Rodríguez, através dos princípios da agroecologia e da agrofloresta, que trazem consigo a soberania na guarda das sementes crioulas e no modelo de produção que permitirá a soberania alimentar, a melhora da saúde humana, dos outros seres vivos e do planeta, através do cuidado do solo, das águas e do ar.

Dessa maneira, proponho a consideração das propostas das mulheres da terra em Abya Yala como planos estratégicos que relacionam a memória biocultural ancestral às teorias e conceitos debatidos e discutidos entre elas dentro e fora dos movimentos sociais e organizações, localmente, regionalmente e internacionalmente, desenvolvendo cada vez mais essas cosmovisões que surgem através das cosmopráticas que elas já vinham realizando, e que se relacionam também com as propostas das autoras e autores, seja porque elas se basearam nessas teorias, seja porque os conceitos foram baseados nessas agrosabedorias ancestrais que vieram se adaptando e desenvolvendo desde o surgimento da humanidade.

7. Referências

#AOVIVO Mulheres Camponesas em Defesa da Vida, pelo alimento e contra a fome. **MPA Brasil**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OIDONYoSsX0&t=8544s&ab_channel=MPABrasil> Acesso em: 03 de nov. de 2020.

ACCIÓN por la Biodiversidad; **Atlas del agronegocio transgénico en el Cono Sur** : monocultivos, resistencias y propuestas de los pueblos. 2020.

ADRIANA Guzman. El patriarcado. **Rafael Castelló**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bJ7WnZXi_Lk&ab_channel=komanilel> Acesso em: 16 de nov. de 2020.

AGROFLORESTA - Vê quem planta - Com Denise Amador (Potô) da Fazenda São Luiz. **Agrosintropia**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TLW_odEPNeU&ab_channel=Agrosintropia> Acesso em: 06 de jul. de 2020.

AGROFLORESTA - Vê quem planta - Com Fabiana Peneireiro. **Agrosintropia**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pcy-cuNxXoU&ab_channel=Agrosintropia> Acesso em: 05 de jul. de 2020.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

Asociación Nacional de Mujeres Campesinas Negras e Indigenas de Colombia (ANMUCIC). **Unidad de victimas**. Disponível em: <<https://www.unidadvictimas.gov.co/es/asociacion-nacional-de-mujeres-campesinas-negras-e-indigenas-de-colombia-anmucic/37218>> Acesso em: 18 de out. de 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MULHERES CAMPONESAS. **Feminismo Camponês e Popular**. 2018.

BARRERA, Narciso Bassols; TOLEDO, Víctor M. **A memória biocultural: A importância ecológica das sabedorias tradicionais**. Editora Expressão Popular. São Paulo. 2015.

BERNARDA Pesa sobre eucalipto em território Qom. **Conamuri**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sHoqYrEdBe0&t=129s&ab_channel=Conamuri> Acesso em: 05 de nov. de 2020.

BLANCO, Édgar Guerra. ¿Organizaciones o movimientos sociales? Esbozo de una crítica a una distinción conceptual. El caso de las organizaciones sociales en la Ciudad de México. **Territorios** (31), 15-35. Bogotá. 2014.

BRASIL já vendeu mais de 50 milhões de toneladas de soja para a China em 2020. **Canal Rural**. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/projeto-soja-brasil/noticia/brasil-ja-vendeu-mais-de-50-milhoes-de-toneladas-de-soja-para-a-china-em-2020/>> Acesso em: 21 de nov. de 2020.

BOSCH, Anna, Cristina Carrasco y Elena Grau. Verde que te quiero violeta. Encuentros y desencuentros entre feminismo y ecología. Disponível em: <<https://www.mundubat.org/proyecto/verde-que-te-quiero-violeta-encuentros-y-desencuentros-entre-feminismo-y-ecologismo/>> Acesso em: 23 de jul. de 2020.

DARLING, Victoria Inés. La episteme zapatista: Otra forma de ver el mundo y hacer política. **Revista brasileira de ciências sociais**. Vol. 35 nº 104/2020.

ESCHBERGER, Laura Marquesan. SALAINI, Cristian Jobi. Projeto decolonial e arranjos transmodernos. A ação das mulheres indígenas no movimento zapatista. **Espirales**. n. IV, Vol. II, Out. 2019.

FEMINISMO Comunitario Antipatriarcal. **Feminismo Comunitario Antipatriarcal.** Disponível em: <https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=664803377584862&id=675488295907925> Acesso em: 16 de nov. de 2020.

FERREIRA, Jamile Wayne. WAYNE, Lara Steigleder. A cozinha das mulheres: de espaço de domesticação ao de empoderamento a partir de saberes e fazeres culinários. **Revista espacialidades.** V. 13, n. 1. 2018.

FRAILE, Sandra Santos. GUIJARRO, Ester Massó. Etnografías multisituadas en la era global: propuestas sobre episteme y métodos. **XIV Congreso de Antropología de la FAAEE “Antropologías en transformación: sentidos, compromisos y utopías”.** 2017.

FRANCISCA ANAMURI. **World Cultures United.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t-Ncn2yGGeA&ab_channel=WorldCulturesUnited> Acesso em: 05 de nov. de 2020.

GARGALLO, Francesca. **Feminismos desde Abya Yala:** ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América. Ciudad de México: Editorial Corde y Confección. 2014.

HENN, Iara Aquino. **Agroecologia e Relações de Gênero em Projeto Societário** IN Mulheres Camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos, Delma Pessanha Neves e Leonilde Servolo de Medeiros (Organizadoras). Niterói: Editora Alternativa, 2013.

JIMÉNEZ, María del Pilar Padierna. Mujeres zapatistas: la inclusión de las demandas de género. A 20 años de la rebelión zapatista. **UAM-Xochimilco.** Año 26. Núm. 73. Septiembre - diciembre 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/argu/v26n73/v26n73a8.pdf>> Acesso em 18 de out. de 2020.

LAGO, Mara Coelho de Souza. SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. WOLFF, Cristina Scheibe. “MULHERES AGRICULTORAS” E “MULHERES CAMPONESAS”: LUTAS DE GÊNERO, IDENTIDADES POLÍTICAS E SUBJETIVIDADES. *Psicologia & Sociedade*, 25(1): 79-89, 2013.

MAHAN, Jessica Gonzales. La internacionalización de las organizaciones de mujeres en Chile: la experiencia de Corporación Humanas y ANAMURI. **Análisis y Propuestas.** Fundación Friedrich Ebert. Santiago de Chile. 2011.

MELIÀ, Bartomeu. **Una nación, dos culturas.** CEPAG, Asunción. 1997, cuarta edición.

MIES, Maria. Origens sociais da divisão sexual do trabalho. A busca pelas origens sob uma perspectiva feminista. **Revista Direito e Práxis.** Vol. 07, N. 15, 2016, p. 838-873. Rio de Janeiro. 2016.

MONTES, Tania. Las organizaciones sociales de las mujeres indígenas, y su relación con la política formal. 2011.

MSTTR - Nós temos história. **Teia digital.** Disponível em <http://teiadigital.com.br/Central2.0/images/Site_6/MSTTR.pdf> Acesso em: 24 de nov. de 2020.

ORÁN, Reuter; WAGUA, Aiban. **Gayamar Sabga**: diccionario escolar gunagaya-español. Panamá: Equipo EBI Guna, 2010. Print.

PONTACTI, Adalberto A. Rosat. **Diccionario Enciclopédico Quechua-Castellano del Mundo Andino**. Editorial Verbo Divino. Cochabamba, Bolivia. 2004.

QUIÉNES somos. **Bartolina Sisa**. Disponível em: <https://www.bartolinasisa.org/quienes-somos/?fbclid=IwAR2ASax0LflzDOnSEBD7VTdsgXhqabPm-GffbFrnp0R_xdE-RWLn75sgcq8> Acesso em: 08 de out. de 2020.

RAMÍREZ, César Enrique Pineda. Comunidad, autonomía y emancipación. In: **Vuelta a la autonomía**: Debates y experiencias para la emancipación social desde América Latina. Coords: LÓPEZ, Pabel; MAKARAN, Gaya; WAHREN, Juan. Editorial El Colectivo. México. 2019.

RAMOS, Marco Enrique González. La CONAMURI: resistencia de mujeres rurales e indígenas en Paraguay. **Rev. Sociologias Plurais**, v. 4, número especial 3, p.85-102, nov. 2018.

RUEDAS, Mariana Tafur. **Las luchas y reivindicaciones de las mujeres rurales en Colombia**: el caso de la Asociación Nacional de Mujeres Campesinas, Negras e Indígenas de Colombia, Anmucic. 2015.

SALUD para vivir bien. **Feminismo Comunitario Antipatriarcal**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/feminismo.comunitario.Antipatriarcal/videos/988783771585298>> Acesso em: 25 de jul. de 2020.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. **A Participação da Mulher na Luta pela Terra**: Dilemas e conquistas In: Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo. Bernardo Mançano Fernandes et ali (orgs.). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009 (pág. 203 a 221).

TERRA, mulheres e liberdade. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k4Fuqrmj9Ks&feature=youtu.be&ab_channel=BrasildeFato> Acesso em: 06 de nov. de 2020.